

INFORMATIVO

APAE BRASIL

INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES - EDIÇÃO nº 27 - JUL, AGO, SET - 2021



SEMANA NACIONAL DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL E MÚLTIPLA

Diretoria Executiva
indica nome de
José Turozi à reeleição

Evento é destaque no
programa **Encontro com**
Fátima Bernardes

EXPEDIENTE

Gestão 2018-2021

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

José Turozi (PR)

Vice-presidente

Emanoel O' de Almeida Filho (PA)

1º diretor-secretário

Sérgio Prodócimo (SP)

2ª diretora-secretária

Maria de Fátima Dalmédico de Godoy (SP)

1º diretor Financeiro

Nilson Alves Ferreira (TO)

2º diretor Financeiro

Delton Pedroso Bastos (RJ)

Diretor Social

William Ferreira de Lima (RN)

Diretora para Assuntos

Internacionais

Rosane Teresinha Jahnke (SC)

Diretor de Patrimônio

José Maria Belo (ES)

AUTODEFENSORES

Titulares

Francisco Matos Além Felipe dos Santos (PE)

Tâmara Tamires Soares Silva (RN)

Suplentes

Ezequiel Simas de Carvalho (RJ)

CONSELHO FISCAL

Titulares

Edson Júnior (GO)

Luiz Alberto Maioli (RS)

Derval Freire Evangelista (BA)

Suplentes

Armando Mendes dos Santos (PA)

Emerson Carvalho de Oliveira (MS)

CONSELHO CONSULTIVO

Aracy Maria da Silva Lêdo (RS)

Eduardo Luiz Barros Barbosa (MG)

Luiz Alberto Silva (SC)

Flávio José Arns (PR)

In Memoriam

Nelson de Carvalho Seixas (SP)

Elpídio Araujo Neris (DF)

Justino Alves Pereira (PR)

José Candido Alves Borba (RJ)

Antônio Semas Figueiredo (PE)

Antônio Santos Clemente Filho (SP)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Federação das Apaes dos Estados

Alagoas

Alesson Loureiro Cavalcante

Amapá

Abel Mendes

Amazonas

Maria do Perpétuo Socorro de Castro Gil

Bahia

Narciso José Batista

Ceará

Francisco Leitão Moura

Apae do Distrito Federal

Diva da Silva Marinho

Espírito Santo

Vanderson Roberto Pedruzzi

Goiás

Carmem Marize Limas

Maranhão

Enilson do Nascimento Santos

Minas Gerais

Jarbas Feldner de Barros

Mato Grosso

Doracy Gomes Nonato

Mato Grosso do Sul

Ottão Pereira de Almeida

Pará

Nedy Pedroso de Sousa

Paraíba

Gilvan José Campelo dos Santos

Paraná

Alexandre Augusto Botareli Cesar

Pernambuco

Amélia Maria Borges da Silva

Piauí

Keyla Lines Vasconcelos Santana

Rio de Janeiro

Valdéa Regis Cardoso

Rio Grande do Norte

Maria Alzira Corrêa da Silva

Rio Grande do Sul

Afonso Tochetto

Rondônia

Ilda da Conceição Salvático

Santa Catarina

Alice Kuerten

Sergipe

Carlos Mariz Moura de Melo

São Paulo

Vera Lúcia Ferreira

Tocantins

Marciane Machado Silva

ESTADOS SEM FEDERAÇÃO

Apae de Rio Branco (AC)

Cecília Maria Garcia Lima Souza

Apae de Boa Vista (RR)

Bruno Perez de Sales

EQUIPE TÉCNICA FENAPAES

Gerente Institucional

Erivaldo Fernandes Neto
institucional@apaebrazil.org.br

Gerente Operacional

João Batista da Silva
administrativo@apaebrazil.org.br

PROCURADORIA FENAPAES

Procuradora Jurídica

Dra. Rosangela Maria Wolff de Quadros Moro
procuradoria@apaebrazil.org.br

Auxiliar Administrativo

Dayara Evangelista
juridico2.procuradoria@apaebrazil.org.br

Atendente Jurídico

Natan Menezes dos Santos
juridico3.procuradoria@apaebrazil.org.br

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Supervisor de Comunicação

Jeórginys Vinícius Batista da Rocha
comunicacao@apaebrazil.org.br

Jornalista

Felipe Menezes
comunicacao1@apaebrazil.org.br

Jornalista

Janine Martins
comunicacao4@apaebrazil.org.br

Designer Gráfico

Rafaela Martins
comunicacao2@apaebrazil.org.br

Designer Gráfico

Guilherme da Silva Lima
comunicacao3@apaebrazil.org.br

SETOR DE INFORMÁTICA

Analista de Sistemas

Wanderson Amorim Alves de Souza
informatica@apaebrazil.org.br

Auxiliar de Informática

Jackson Rodrigues da Silva
informatica2@apaebrazil.org.br

SETOR FINANCEIRO

Analistas Financeiros

Tânia Ramos
financeirosuporte2@apaebrazil.org.br
Dayelle Oliveira
financeirosuporte3@apaebrazil.org.br
Mikaelle Alexandre de Melo
financeirosuporte5@apaebrazil.org.br
Naiara Ramos
financeirosuporte6@apaebrazil.org.br
Jessica Silva
financeirosuporte7@apaebrazil.org.br

SETOR CONTÁBIL

Contador

Ronaldo Gualberto
coordenacaofinanceira@apaebrazil.org.br

Analistas Contábeis

Leandro da Silva
contabilidadesuporte2@apaebrazil.org.br
Lucas do Carmo Rabelo
contabilidadesuporte3@apaebrazil.org.br

SETOR ADMINISTRATIVO

Supervisor de Logística

Fernando Ferreira
logistica@apaebrazil.org.br

Auxiliar Administrativo

Lucas Lima Gomes
logistica2@apaebrazil.org.br
Bruna Emily Lima Cordeiro
atendimento1@apaebrazil.org.br
Adriana Rayssa Santos Ribeiro
atendimento2@apaebrazil.org.br

Apoio

Jocerlândia Cardoso de Sousa
servicosgerais@apaebrazil.org.br

Recepção

Waldinéia Olímpio Zoraide Santana Ramos
juventude@apaebrazil.org.br
Kaynara Lara
recepcao@apaebrazil.org.br

Gestora de Recursos Humanos

Luciene Ângela de Campos
rh@apaebrazil.org.br

SETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DE PROJETOS

Captador de Recursos

Eurismar da Silva Sousa
captacao@apaebrazil.org.br

Analista de Projetos

Paulo Sergio Canguçu
controladoria2@apaebrazil.org.br

Assistente Administrativo

Dênis de Sousa Claudino
controladoria3@apaebrazil.org.br

INSTITUTO APAE BRASIL DE ENSINO E PESQUISA

Assistente Administrativo

Luiz Paulo dos Santos Souza
sec.instituto@apaebrazil.org.br

Auxiliar Administrativo

José Marcos Cardoso
estatistica@apaebrazil.org.br

Analista da Qualidade

Giovanna Brandão
instituto@apaebrazil.org.br

Pesquisadora

Laura Valle Gontijo
pesquisa@apaebrazil.org.br

COORDENADORIAS TÉCNICAS NACIONAIS

Arte e Cultura

Sérgio Feldhaus (PR)
coordenadoria.arte@apaebrazil.org.br

Assistência Social

Ivone Maggioni Fiore (PR)
coordenadoriaassistencia@apaebrazil.org.br

Autogestão e Autodefensoria

Jaqueline Regina Pilger (RS)
coordenadoriaautogestao@apaebrazil.org.br

Captação de Recursos

Defesa de Direitos e Mobilização Social

Eduardo Mesquita
coordenadoria.defesa@apaebrazil.org.br

Educação e Ação Pedagógica

Fabiana Maria das Graças de Oliveira (MS)
coordenadoria.educacao@apaebrazil.org.br

Educação Física, Desporto e Lazer

Roberto Antônio Soares (SP)
coordenadoria.educacaofisica@apaebrazil.org.br

Educação Profissional, Trabalho, Emprego e Renda

Iracema Aparecida dos Santos Ferreira (SP)
coordenadoria.trabalho@apaebrazil.org.br

Envelhecimento

Polliana Duarte Lopes
coordenadoria.envelhecimento@apaebrazil.org.br

Família

Rodolpho Luiz Dalla Bernardina (ES)
coordenadoria.familia@apaebrazil.org.br
Diva da Silva Marinho
coordenadoria.familia1@apaebrazil.org.br

Saúde e Prevenção

Albanir P. Santana
coordenadoria.prevencao@apaebrazil.org.br

Científica

Dr. Rui Fernando Pilotto (PR)
coordenadoria.cientifica1@apaebrazil.org.br
Fabiana Maria das Graças de Oliveira (MS)
coordenadoria.cientifica2@apaebrazil.org.br

Eventos

William Ferreira Lima
coordenacao.eventos@apaebrazil.org.br

APAE BRASIL

Email:

fenapaes@apaebrazil.org.br

Telefone:

(61) 3224-9922

SDS Ed.Venâncio IV Cobertura

CEP: 70393-903

Brasília • DF

Fala do presidente

Saudações apenas aos amigos e amigas da Rede Apae Brasil!

O segundo semestre de 2021 começou do jeito que todos nós do movimento gostamos: muito trabalho para promover a autonomia e a inclusão das pessoas com deficiência. Nesta edição do Informativo, apresentamos as mais diversas ações que realizamos nesse período em benefício de nossos atendidos e suas famílias.

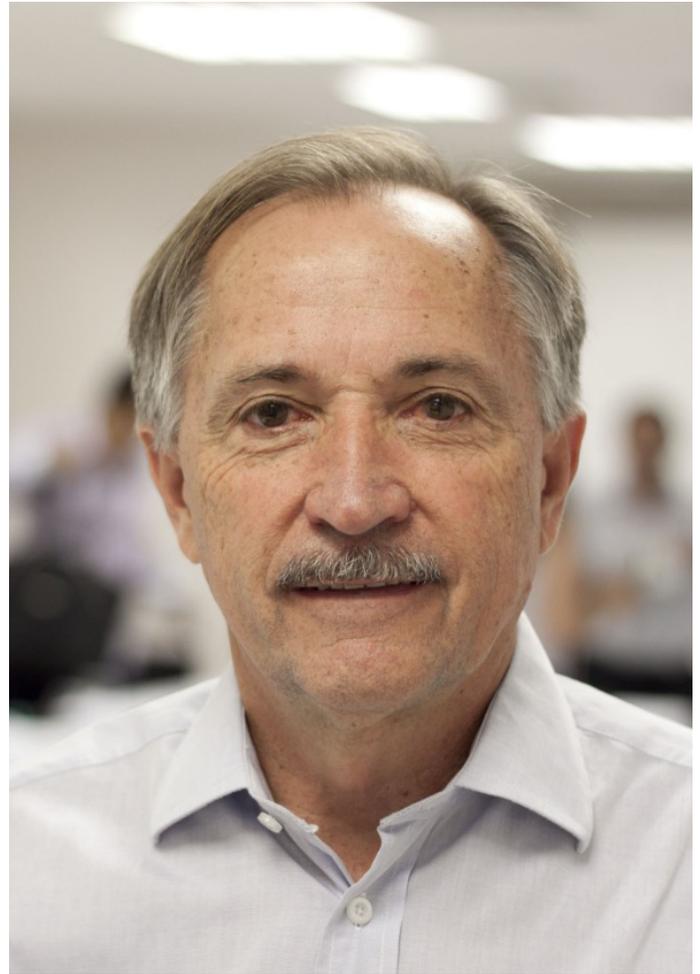
O destaque fica por conta da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, que teve como tema “É tempo de transformar conhecimento em ação”. Neste ano, a campanha alcançou um resultado ímpar, tendo, inclusive, conquistado ampla divulgação na imprensa, nas redes sociais e em outros segmentos e, principalmente, a mente e o coração da sociedade. Vale ressaltar que todo o material está disponível em nosso site, na seção Comunicação, e as lives no canal do YouTube.

Mostramos também a atuação da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) no que diz respeito à nova Política Nacional de Educação Especial, assunto que foi debatido com frequência ao longo do ano – inclusive em audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) e com o ministro da Corte e o da Educação – e que contou com o nosso posicionamento, repercutido em todo o país.

Trazemos ainda as atividades desenvolvidas pelas Feapaes e Apaes, como troca de experiências, campanhas, homenagens, bem como as de coordenadores nacionais da Apae Brasil: Assistência Social; Educação e Ação Pedagógica; Educação Profissional, Trabalho, Emprego e Renda; Família; e Educação Física, Desporto e Lazer.

Ademais, reunião com um laboratório norte-americano para tratar de pesquisa sobre condições genéticas raras e importantes parcerias, entre elas a com o Grupo Gazin e a Associação Brasileira de Judô Inclusivo (ABJI).

Abordamos também a revista comemorativa dos 20 anos da Autogestão e Autodefensoria, com depoimen-



tos e experiências de pessoas com deficiência que se envolveram com o programa e tiveram suas vidas transformadas, bem como o histórico e as principais conquistas obtidas ao longo dessas duas décadas. Ainda no campo de publicações, falamos da 15ª Apae Ciência, com o tema “Estudos sobre interação social, escolar e familiar: contextos e espaços de Inclusão”.

Dentre outras ações desenvolvidas nesse curto período, destaco a reunião com o presidente da Câmara dos Deputados; com o secretário nacional de Paradesporto do Ministério da Cidadania; a que definiu a participação de artistas da Rede Apae no Festival de Dança de Joinville; e com representantes do Nubank.

A Apae Brasil é assim: trabalha a todo vapor para se fortalecer cada vez mais como instituição e, assim, contribuir na construção de um país melhor para as pessoas com deficiência, com mais oportunidades, bem-estar, e que seus direitos sejam garantidos e ampliados.

Fraterno abraço e boa leitura a todos!

José Turozi
Presidente da Apae Brasil

Sumário

| | |
|--|----|
| Apae tá on..... | 6 |
| Semana Nacional da Pessoa com Deficiência..... | 11 |
| Pelo Brasil..... | 17 |
| Institucional..... | 27 |
| Coordenações Nacionais..... | 45 |
| Diretoria Executiva e Conselho de Administração, Consultivo e Fiscal..... | 48 |
| Saúde..... | 49 |

Apae Brasil firma parceria para debater prematuridade

EFEITOS DO NASCIMENTO PREMATURO:

IMPACTOS E PRINCIPAIS CUIDADOS

Live
▶ 02.09
19 HORAS

A prematuridade é um tema delicado e que requer atenção, independentemente se os pais são de primeira viagem. Mas, com o avanço da tecnologia, da medicina e, principalmente, da facilidade de acesso à informação, esses bebês estão tendo um melhor desenvolvimento e mais qualidade de vida. Diante da importância do assunto e com o propósito de transmitir mais conhecimento e conscientização, a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) realizou neste ano, em parceria com a ONG Prematuridade.com, diversos debates a respeito do parto prematuro. A primeira live aconteceu em 2 de setembro e abordou os “Efeitos do nascimento prematuro: impactos e principais cuidados”.

O encontro contou com a participação do presidente da Apae Brasil, José Turozi, e foi mediado pelo médico Albanir Santana, presidente da Apae de Goiânia (GO) e coordenador nacional de Saúde e Prevenção da organização. As convidadas foram a fundadora e diretora-executiva da ONG Prematuridade.com, Denise Suguitani; a pediatra e consultora Nacional da Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, Zeni Carvalho Lamy; e a coordenadora de Políticas Públicas da ONG Prematuridade.com e mãe da Eva e da Elis, Suellen Martins.

A transmissão aconteceu pelo YouTube e Facebook da Apae Brasil.

A Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e ao Longo da Vida. Situação Atual, Diretrizes e Principais Discussões Operacionais

15 DE JULHO

ÀS 19 HORAS

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL É TEMA DO “DIÁLOGOS NA REDE APAE”

A live “Diálogos na Rede Apae” do dia 15 de julho abordou o tema “A política nacional de educação especial: equitativa, inclusiva e ao longo da vida. Situação atual, diretrizes e principais discussões operacionais”.

A coordenadora nacional de Educação e Ação Pedagógica da Apae Brasil, Fabiana Oliveira, mediu o encontro. Suely Melo de Castro, conselheira do Con-

selho Nacional de Educação (CNE/CEB), e Eduardo Mesquita, coordenador nacional de Defesa de Diretrizes e Mobilização Social da Apae Brasil, foram os convidados da edição. O presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), José Turozi, fez uma participação especial.

A transmissão aconteceu nos canais da Apae Brasil no Facebook, e do Instituto Apae Brasil, no YouTube.



Semana Nacional da Pessoa com deficiência



Pessoas com deficiência têm direito à participação na vida pública e política

É garantido constitucionalmente às pessoas com deficiência o direito de participar ativamente da vida pública e política. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/15) reforça que é função do poder público garantir e promover o exercício dos direitos políticos em igualdade de condições com as demais pessoas.

Segundo documento norteador da Agency for Fundamental Rights (Agência dos Direitos Fundamentais -FRA), da União Europeia, as pessoas com deficiência devem participar ativamente como líderes de seus respectivos governos.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece diversas ações para incentivar e garantir que pessoas com deficiência possam votar e ser votadas. Uma dessas ações é a obrigatoriedade de que em pronunciamentos oficiais, nas propagandas eleitorais obrigatórias, e nos debates transmitidos pelas emissoras de televisão haja subtítulo por meio de legenda oculta, janela com intérprete de Libras ou áudio-descrição.

E se a pessoa com deficiência estiver impossibilitada, mas fizer questão de votar?

A Lei Brasileira de Inclusão, no artigo 76, inciso IV, prevê que a pessoa com deficiência pode requerer que alguém de sua confiança a auxilie no momento da votação. Já nos casos em que algum dos institutos da tutela, curatela e da tomada de decisão apoiada estiverem envolvidos, serão observados os trâmites de um processo judicial.

Como obter o título de eleitor?

O título deve ser requerido no cartório eleitoral ao qual pertença a residência da pessoa com deficiência, ou por meio do endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Após solicitar o título, é preciso apresentar o comprovante de residência e a versão original de um documento de identificação. Podem ser apresentados:

- RG
- Certidão de nascimento (se solteiro) ou certidão de casamento
- Carteira de Trabalho e Previdência Social



ACESSE OS MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO DA SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA 2021

A repercussão da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, que neste ano teve como tema “É tempo de transformar conhecimento em ação”, tem sido excelente. Desde o lançamento, no dia 17 de maio, as publicações já alcançaram mais de 62 mil pessoas nas redes sociais.

A Apae Brasil disponibilizou o material completo para divulgação da ação. No site da organização, é possível encontrar peças para as redes sociais, materiais para divulgação impressa, documentos norteadores da Semana, artes para impressão em bonés, camisetas e ecobags, além de matérias sobre temas relacionados à campanha.

Com o objetivo de facilitar o acesso à divulgação, o setor de comunicação da Apae Brasil enviou, semanalmente, um e-mail marketing para todas as Apaes, com o card a ser publicado nas redes sociais durante a Semana, juntamente com o link para baixar a imagem e o texto que acompanhou a publicação. Fique atento ao e-mail institucional da sua organização e contribua com a divulgação dessa campanha tão importante para a Rede Apaiana.

É tempo de #TransformarConhecimentoEmAção.



REPRESENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PODEM OCORRER POR MEIO DA TUTELA, CURATELA OU TOMADA DE DECISÃO APOIADA

De acordo com o Código Civil brasileiro, todas as pessoas possuem deveres e direitos na ordem civil. O exercício, sobretudo dos direitos, é essencial à dignidade e integridade do indivíduo. Nos casos em que a pessoa não consiga realizar plenamente atos civis de modo autônomo, a legislação prevê os institutos da tutela, da curatela e da tomada de decisão apoiada.

O que são a tutela e a curatela?

Tutela e curatela estão previstas no Código Civil, nos artigos 1.728 e 1.774, respectivamente. A tutela aplica-se aos menores de idade em casos de falecimento de ambos os genitores, ausência, perda ou suspensão do poder familiar, enquanto que a curatela é aplicada a pessoas maiores de 18 anos que, momentânea ou definitivamente, não conseguem exprimir sua vontade em relação a certos atos civis.

“O fundamento comum da tutela e da curatela é o dever de solidariedade que se atribui ao Estado, à sociedade e aos parentes”, afirma Pablo Stolze, juiz e professor de Direito Civil. Segundo ele, esses dois institutos servem ao propósito de garantir a representação legal e a administração geral dos interesses dos sujeitos que não podem fazê-lo por conta própria.

Após as últimas mudanças na legislação brasileira, a abrangência da tutela e da curatela restringiu-se à prática de atos de natureza negocial e patrimonial. Portanto, a pessoa com deficiência intelectual que seja assistida pela tutela ou pela curatela mantém a titularidade dos demais direitos, o que inclui o direito ao próprio corpo, à sexualidade, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.



SEMANA NACIONAL DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL E MÚLTIPLA

É tempo de transformar conhecimento em ação



BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA É UM DIREITO GARANTIDO POR LEI

A Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) determina que pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade socioeconômica recebam o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que corresponde ao recebimento mensal de um salário mínimo, totalizando 12 parcelas anuais.

Conforme estabelece o artigo 20 da Lei N° 14.176/2021, pessoas com deficiência cuja renda mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo, podem requerer o recebimento do BPC. Para o cálculo da renda familiar per capita, não são considerados os rendimentos decorrentes de estágio supervisionado e de aprendizagem.

Como requerer o benefício?

O primeiro passo é comparecer ao Cras mais próximo da residência do requerente para realização da inscrição no Cadastro Único, ou caso já o possua, encaminhamento para Secretaria de Assistência Social. Também pode ser feito o agendamento on-line, por meio do endereço eletrônico <http://www.sedes.df.gov.br/agendamento-cras-creas/>.

A concessão do benefício para pessoas com deficiência intelectual depende da avaliação da deficiência e do grau de impedimento, composta por avaliação médica e avaliação social realizada por médicos peritos e por assistentes sociais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Após o cadastramento, de posse de documentos pessoais e atestado médico, o requerimento do BPC pode ser feito pelo site “MEU INSS”, pelo aplicativo “MEU INSS”, pela central telefônica 135, ou presencialmente na agência do INSS.

O que é a tomada de decisão apoiada?

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) instituiu a tomada de decisão apoiada como uma alternativa à curatela. Esse instituto envolve a assistência no momento de tomada de decisão sobre atos da vida civil, como comprar ou alugar um bem, realizar um empréstimo, matricular-se em um curso e assim por diante.

No entanto, ao contrário da tutela e da curatela, a tomada de decisão apoiada funciona nos moldes de um acordo e permite maior protagonismo por parte do assistido, pois é a pessoa com deficiência intelectual quem toma a iniciativa de nomear duas pessoas com as quais mantenha vínculo e uma relação de confiança para representá-la.

A nomeação só se concretiza após a comprovação que os indicados são pessoas idôneas, ou seja, são indivíduos confiáveis, honestos e que conduzem sua vida dentro dos princípios legais.

Uma vez que os indicados sejam aprovados, o acordo deve ser homologado pelo juiz competente para início da vigência. Os limites do apoio devem ser previamente estipulados. Caso o apoiador descumpra o acordo, este poderá ser denunciado ao Ministério Público ou ao juiz.



Documentos necessários para o requerimento do BPC:

- Documento de Identificação (Carteira de Identidade e/ou Carteira de Trabalho e Previdência Social);
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Certidão de Óbito do esposo (a) falecido (a), se o beneficiário for viúvo (a);
- Comprovante de rendimentos dos membros do grupo familiar;
- Parecer do Serviço Social do INSS e perícia médica comprovando a deficiência;
- Comprovante de residência;
- Número de Identificação do Trabalhador – NIT (PIS/PASEP) ou número de inscrição do Contribuinte Individual/Doméstico/ Facultativo/ Trabalhador Rural, se possuir;

A Apae da sua cidade fornece gratuitamente as orientações e encaminhamentos necessários.

Se a pessoa que recebe o benefício ingressar no mercado de trabalho, o que acontece?

De acordo com a nova legislação (Lei nº 14.176/2021), a partir de 1º de outubro de 2021, os beneficiários do BPC que ingressarem formalmente no mercado de trabalho, com renda mensal igual ou inferior a dois salários mínimos (R\$ 2,2 mil), passarão a receber o auxílio-inclusão no valor de R\$ 550,00, no lugar do Benefício de Prestação Continuada.

Quando cessa o benefício?

Uma vez superadas as condições de vulnerabilidade que deram origem à concessão do benefício, esse cessará. Caso futuramente a pessoa volte a precisar da assistência, poderá requerê-la novamente de acordo com os trâmites que seguiu no primeiro requerimento. Vale ressaltar que o BPC não gera pensão aos familiares. Portanto em caso do falecimento do beneficiário, os recebimentos se encerram.

AUXÍLIO-INCLUSÃO: COMO FUNCIONA E QUEM TEM DIREITO?

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015) determina que a inserção de pessoas com deficiência intelectual e múltipla no mercado de trabalho é um direito fundamental. Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2018, o número de pessoas com deficiência formalmente empregadas naquele ano correspondia a cerca de 1% das ocupações no mercado de trabalho formal.

Diante deste cenário, foi criado o auxílio-inclusão, um incentivo ao ingresso de pessoas com deficiên-



cia no mercado de trabalho formal. Previsto na Lei nº 14.176/2021, o mecanismo assistencial destina-se às pessoas com deficiência moderada ou grave, que ingressam formalmente no mercado de trabalho com renda igual ou inferior a dois salários mínimos (R\$ 2.200) e que, em algum momento nos últimos cinco anos, foram beneficiárias do BPC.

Ao ter a carteira assinada, se preencher os critérios de renda, a pessoa com deficiência deixará de receber o BPC e passará a receber o auxílio-inclusão mensal que corresponde à metade de um salário mínimo (R\$ 550,00). Vale ressaltar que o novo auxílio não será cumulativo com aposentadoria, pensão, benefício por incapacidade ou seguro-desemprego.

Como requerer o auxílio-inclusão?

A solicitação do benefício pode ser feita de modo presencial nas agências do INSS ou remotamente, por meio da central telefônica 135, pelo site ou aplicativo MEU INSS.

Após acessar a plataforma digital, basta seguir o passo a passo:

Clique em “Agendamentos/Solicitações”;

Selecione “Benefícios Assistenciais”;

Clique em “Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência”;

Por fim, selecione a opção “Atendimento à distância”;

Envie os documentos solicitados pelo app.

Direito à Previdência Social

Conforme prevê a Lei nº 12.470/2011, em caso de falecimento dos pais ou irmãos, a pessoa com deficiência tem direito à pensão vitalícia, desde que obtenha declaração judicial que comprove a incapacidade absoluta ou relativa de se sustentar. Em situações em que a pessoa não puder, transitória ou permanentemente, exprimir sua vontade de modo autônomo, a curatela ou a tutela serão utilizadas como meio de representação. A partir disto, serão observados os trâmites jurídicos desses institutos para requerer e administrar a pensão.

A ISENÇÃO AO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO É DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O serviço militar engloba o exercício de atividades específicas realizadas pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, e sua prestação é definida pela Constituição Federal como obrigatória para todos os homens entre 18 e 45 anos. No entanto, a obrigatoriedade da prestação não se aplica às pessoas com deficiência, sendo o certificado de isenção um direito que elas possuem.

É importante ressaltar que o Certificado de Isenção (CI) comprova que a pessoa cumpriu com suas obrigações militares. A ausência dessa comprovação acarreta em multa, impedimento para obtenção de passaporte, carteira profissional e até mesmo do título de eleitor.

Como obter o Certificado de Isenção?

No ano em que completar 18 anos, a pessoa deverá comparecer à junta militar mais próxima, entre os dias 1 de janeiro e 30 de abril, com os seguintes documentos:

RG

Certidão de Nascimento (cópia e original)

CPF

Duas fotos 3x4 recentes

Laudo médico do SUS comprovando a deficiência

Formulário de requerimento de isenção preenchido

Mais informações podem ser obtidas no portal eletrônico do Ministério da Defesa.

PASSE LIVRE É DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A livre locomoção é um dos aspectos mais importantes para a garantia da cidadania. No entanto, existem barreiras significativas para o exercício desse direito. Visando proteger o direito ao transporte para as pessoas com deficiência economicamente vulneráveis, a Lei nº 8.899/1994 instaurou o passe livre para viagens interestaduais.

Com base na lei, as empresas de transporte rodoviário que realizam viagens interestaduais devem reservar, em cada veículo, dois assentos para pessoas com deficiência cuja renda per capita seja igual ou menor a um salário mínimo (R\$ 1.100). Para ter direito a ocupar os assentos reservados, o viajante precisa apresentar a carteira do Passe Livre do governo



federal e a carteira de identidade nos postos de venda de passagem até três horas antes do início da viagem.

Em alguns casos, a pessoa com deficiência poderá precisar de um acompanhante durante a viagem. Nesses casos, uma vez comprovada a necessidade, mediante laudo médico, o passe livre utilizado no transporte interestadual rodoviário se estende também ao acompanhante.

Em casos de passagens aéreas, a previsão de desconto no valor no bilhete pode ser de até 80%. Para isso, é preciso preencher o Medial Information Form (MEDIF). O formulário exige um laudo médico que atesta e explica a deficiência de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID).

Como solicitar o passe livre?

A solicitação do passe livre é gratuita. Primeiro, é necessário preencher e encaminhar os formulários disponíveis no site oficial do governo federal. Além disso, é necessário que o interessado apresente um laudo da equipe multiprofissional do Sistema Único de Saúde (SUS) que comprove a deficiência. Após o preenchimento dos formulários, toda a documentação deve ser remetida para o Ministério da Infraestrutura. Vale ressaltar que as despesas para o envio devem ser pagas pelo próprio requerente. Após análise, se aprovado, o ministério encaminha o “Kit Passe Livre” pelos Correios.

Como calcular a renda per capita?

Visto que o passe livre é condicionado por um critério de renda, para saber se a pessoa com deficiência tem direito a utilizá-lo é preciso fazer um cálculo da renda per capita. Esse cálculo consiste na soma da renda de todos os que moram na mesma casa da pessoa com deficiência. É importante ressaltar que lucros advindos de atividade agrícola, pensão, aposentadoria e similares são computados nesse cálculo. Após somar os valores recebidos, o total deve ser dividido pelo número de pessoas que residem na casa. Se o valor resultante da divisão for igual ou inferior a um salário mínimo, a pessoa pode requerer o passe livre.

ISENÇÃO TRIBUTÁRIA NA COMPRA DE VEÍCULOS É DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Conforme disposto na Lei nº 8.989/1995, aqueles que possuem alguma deficiência, seja física, intelectual ou múltipla, ou uma doença crônica que comprometa a mobilidade, podem se beneficiar da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ao adquirir um automóvel. A isenção tributária pode reduzir de 20% a 30% o valor final do veículo no momento da compra em montadoras ou concessionárias, além de se estender a outros impostos, como ICMS, IPVA e IOF.

A Associação Brasileira da Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia Assistiva (Abridef), em seu último levantamento, divulgou que as vendas de carros 0 km com isenção de impostos cresceram, de janeiro a agosto de 2019, mais de 30% em relação ao mesmo período de 2018. Nesse período foram vendidos mais de 200 mil veículos para pessoas com deficiência.

Como requerer a isenção do IPI?

A Receita Federal fornece em seu site um requerimento on-line. Após o preenchimento do formulário, é necessário apresentar a cópia autenticada de RG, CPF, e comprovante de endereço da pessoa com deficiência ou de pai, tutor ou curador.

Nos casos da pessoa com deficiência menor de 18 anos, dependente dos pais ou do responsável, e que não possua RG e CPF, é necessário anexar a certidão de nascimento.

É preciso também apresentar um laudo médico, conforme modelo específico fornecido pela Receita Federal, que deve ser preenchido por um médico e psicólogo, credenciado ao SUS, especificando código CID de acordo com o grau de deficiência mental severa ou profunda e autismo.

Uma cópia simples da última declaração de Imposto de Renda (ano vigente) e seu respectivo recibo de entrega de todas as pessoas envolvidas no processo também deve ser entregue. Para os não declarantes, deve ser apresentada a cópia da declaração de isento.

Quem pode realizar a compra do veículo com a isenção do IPI?

A compra do veículo deve ser realizada diretamente pela pessoa com deficiência. No entanto, em situações em que houver momentânea ou permanentemente impossibilidade de que os trâmites negociais sejam realizados de modo direto, serão utilizados os mecanismos de representação da tutela ou da curatela.

LIVE DE ABERTURA DA SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA 2021

Começou no dia 21 de agosto, a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2021, que teve como tema “É tempo de transformar conhecimento em ação”. A abertura solene foi uma live com a participação do presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), José Turozi, e de vários integrantes do movimento apaeano. A transmissão ao vivo aconteceu pelo YouTube (Instituto Apae Brasil) e Facebook (Apae Brasil).

A Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla é uma campanha anual, desenvolvida de 21 a 28 de agosto pela Fenapaes, desde 1963. Introduzida no calendário nacional pela Lei nº 13.585/2017, essa mobilização nacional permeia os trabalhos desenvolvidos pela instituição ao longo de todo o ano, como instrumento de defesa e garantia de direitos e mobilização social.

O objetivo dessa campanha é divulgar conhecimento sobre as condições sociais das pessoas em situação de deficiência intelectual e múltipla, como meio de transformação da realidade, superando as barreiras que as impedem de participar coletivamente em igualdade de condições com as demais pessoas. A cada ano é definido um tema, que busca conscientizar a sociedade acerca de determinadas necessidades para inclusão plena. Tendo como conceitos recorrentes a autonomia, o protagonismo e a independência, a campanha é uma ferramenta para promoção de uma atitude de eminência para com a pessoa em situação de deficiência intelectual múltipla.



tipla em diversos campos da vida.

Em 2021, a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla teve como tema norteador “É tempo de transformar conhecimento em ação”. Ele apontou para o fato de que, embora o Brasil tenha uma das legislações mais avançadas do mundo no que se refere à garantia de direitos das pessoas em situação de deficiência, na prática a maior parte do que se assegura na lei não é acessível a todos. Em um país com dimensões territoriais de continente, as desigualdades das condições de vida são evidentes, bem como a marginalização social de determinados grupos, que, por sua condição de vulnerabilidade, necessitam de apoios especializados para superação das barreiras que impedem o exercício pleno da sua cidadania.

Em 2021, nos propomos a provocar o debate nacional levando às pessoas em situação de deficiência intelectual e múltipla conhecimento sobre os seus direitos, a partir de conteúdos acessíveis sobre transporte, moradia, acesso à educação, saúde e assistência social, pensando em como assegurar que esses direitos se efetivem na vida diária.

A live com a abertura solene da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2021, além do presidente da Fenapaes, José Turozi, teve a participação dos seguintes integrantes do movimento apaeano: Emanuel O’ de Almeida Filho, vice-presidente da Apae Brasil; Ivone Maggioni Fiore, coordenadora nacional de Assistência Social da Apae Brasil; Tâmara Tamires Soares, autodefensora nacional da Apae Brasil; Francisco Matos Além Felipe dos Santos, autodefensor nacional da Apae Brasil; José Naum Mesquita, coordenador-geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Moisés Bauer Luiz, presidente do Comitê Brasileiro de Organizações Representativas das Pessoas com Deficiência (CRPD); Denise Suguitani, fundadora e diretora-executiva da ONG Prematuridade.com; Ilda da Conceição Salvático, presidente da Federação das Apaes do Estado de Rondônia; Narciso José Batista, presidente da Federação das Apaes do Estado da Bahia; Alexandre Augusto Botareli Cesar, presidente da Federação das Apaes do Estado do Paraná; Carmem Marize Lima, presidente da Federação das Apaes do Estado de Goiás; Valdéa Regis Cardoso, presidente da Federação das Apaes do Estado do Rio de Janeiro.

O cantor Daniel, que é embaixador das Apaes do Brasil, fez uma participação especial em vídeo.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DF REALIZA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E MÚLTIPLA 2021

O presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), José Turozi, participou, no dia 23 de agosto, na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), de audiência pública remota em comemoração à Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2021, que teve como tema “É tempo de transformar conhecimento em ação”. O evento foi transmitido via TV WEB CLDF e também pela plataforma interativa E-democracia.

A audiência pública, promovida pelo deputado distrital Leandro Grass (Rede), teve como objetivo apontar as demandas das pessoas com deficiência intelectual e múltipla no DF no que diz respeito à garantia e defesa de seus direitos. O evento foi aberto com pronunciamento do presidente da Apae Brasil, José Turozi, sobre a importância da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla para a conscientização da sociedade.

A Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla é uma campanha anual, desenvolvida de 21 a 28 de agosto pela Fenapaes, desde 1963. Introduzida no calendário nacional pela Lei nº 13.585/2017. O objetivo dessa campanha é divulgar conhecimento sobre as condições

sociais das pessoas em situação de deficiência intelectual e múltipla, como meio de transformação da realidade, superando as barreiras que as impedem de participar coletivamente em igualdade de condições com as demais pessoas.

Em 2021, a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla teve como tema norteador “É tempo de transformar conhecimento em ação”. Ele apontou para o fato de que, embora o Brasil tenha uma das legislações mais avançadas do mundo no que se refere à garantia de direitos das pessoas em situação de deficiência, na prática a maior parte do que se assegura na lei não é acessível a todos. Em um país com dimensões territoriais de continente, as desigualdades das condições de vida são evidentes, bem como a marginalização social de determinados grupos, que, por sua condição de vulnerabilidade, necessitam de apoios especializados para superação das barreiras que impedem o exercício pleno da sua cidadania.

Neste ano, a Apae Brasil se propôs a provocar o debate nacional, levando às pessoas em situação de deficiência intelectual e múltipla conhecimento a respeito de seus direitos, a partir de conteú-

dos acessíveis sobre transporte, moradia, acesso à educação, saúde e assistência social, pensando em como assegurar que esses direitos se efetivem na vida diária.

Durante a audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), além de pronunciamentos dos participantes, houve a apresentação de vídeos da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2021 e a divulgação dos resultados preliminares da pesquisa “Pessoas com Deficiência e Covid-19: construção de conhecimento, redes de acompanhamento, cuidado e prevenção”, realizada pela Universidade de Brasília (UnB) em parceria com a Apae Brasil.

Além do presidente da Apae Brasil, José Turozi, participaram da audiência pública o autodefensor nacional da Apae Brasil, Francisco Matos Além Felipe dos Santos, a representante da Apae do DF, Kelly Assunção; o professor Éverton Luís Pereira, da Universidade de Brasília (UnB); o representante da Associação das Obras Pavonianas de Assistência CEAL, Ludovico Pavoni, os secretários de Saúde, Assistência Social e da Pessoa com Deficiência do DF e o deputado Leandro Grass.

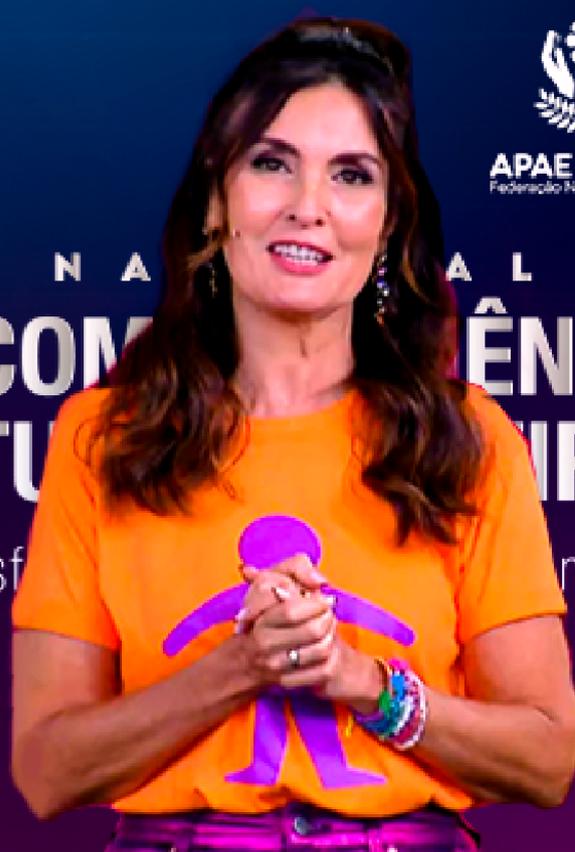
SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E MÚLTIPLA 2021 É DESTAQUE NO PROGRAMA ENCONTRO, DE FÁTIMA BERNARDES



SEMANA NACIONAL DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL E MÚLTIPLA
É tempo de transformar conhecimento em ação



APAE BRASIL
Federação Nacional das Acaes



A Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2021, promovida pela Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), foi um dos destaques, no dia 23 de agosto, do programa Encontro com Fátima Bernardes, da Rede Globo.

Durante o programa, a apresentadora falou sobre as diversas lives que foram transmitidas dentro da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2021, com temas como inclusão, direito ao trabalho e autonomia das pessoas com deficiência.

“O objetivo é conscientizar a sociedade sobre os direitos, mas também sobre as condições de vida dessas pessoas que enfrentam muitas barreiras para ter uma participação coletiva em igualdade de condições”, disse. “Apesar de o Brasil ter uma das legislações mais avançadas do mundo, em que se refere à garantia de direitos dessas pessoas, na prática, a maior parte do que está assegurado na lei não é acessível a todos. Uma pena. Por isso, é necessário debater, conversar e informar toda a sociedade sobre isso”, acrescentou.

Ela frisou que o tema da Semana Nacional deste ano foi “É tempo de transformar conhecimento em ação” e afirmou que “não tem como discutir inclusão e protagonismo sem falar no direito das pessoas com deficiência de sonhar e conquistar seus objetivos”.

Durante o programa, Fátima Bernardes também exibiu um vídeo da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2021. Nessa gravação, o presidente da Apae Brasil, José Turozi, afirmou que “é tempo de mostrar ao mundo que a maior barreira que a pessoa com deficiência sofre é aquela que a sociedade impõe”.

Ao final, a apresentadora ressaltou: “Com vídeos como este, a Apae mostra para a sociedade que as pessoas com deficiência intelectual e múltipla têm sonhos e direitos. Mais do que isso: têm capacidade para concretizá-los, alcançar autonomia e protagonismo na vida. Histórias reais que podem inspirar você também”.

A Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla é uma campanha anual, desenvolvida de 21 a 28 de agosto pela Fenapaes, desde 1963. Introduzida no calendário nacional pela Lei nº 13.585/2017, essa mobilização nacional permeia

os trabalhos desenvolvidos pela instituição ao longo de todo o ano, como instrumento de defesa e garantia de direitos e mobilização social.

O objetivo dessa campanha é divulgar conhecimento sobre as condições sociais das pessoas em situação de deficiência intelectual e múltipla, como meio de transformação da realidade, superando as barreiras que as impedem de participar coletivamente em igualdade de condições com as demais pessoas.

A cada ano é definido um tema, que busca conscientizar a sociedade acerca de determinadas necessidades para inclusão plena. Tendo como conceitos recorrentes a autonomia, o protagonismo e a interdependência, a campanha é uma ferramenta para promoção de uma atitude de eminência para com a pessoa em situação de deficiência intelectual múltipla em diversos campos da vida.

APAE BRASIL TRANSMITE LIVES DIÁRIAS SOBRE A SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA 2021

A Federação Nacional das Apaes (Fenapes) preparou uma programação especial com lives diárias para levar a todo o país a mensagem da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2021: “É tempo de Transformar Conhecimento em Ação”. Vários temas relacionados à importância da inclusão foram discutidos em transmissões que podem ser assistidas pelo perfil da Apae Brasil no Facebook e pelo canal do Instituto Apae Brasil no YouTube. No dia 26 de agosto, por exemplo, uma live discutiu “O protagonismo das pessoas com deficiência intelectual e múltipla na sociedade”.

As transmissões ao vivo começaram em 21 de agosto, com a abertura solene. No dia seguinte, o tema abordado foi “A família como agente de mobilização social na Rede Apae”. Já no dia 23, a live foi musical, com show da banda Trilo. No dia 24, foi transmitido um debate sobre “O trabalho como direito da pessoa com deficiência intelectual e múltipla”. E no dia 25, os desafios impostos pela pandemia de Covid-19 às pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

Mobilização



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA TÊM DIREITO A ATENDIMENTO PRIORITÁRIO GARANTIDO POR LEI

O tema da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2021 - “É tempo de Transformar Conhecimento em Ação” - foi escolhido para lembrar que, embora o Brasil tenha uma das legislações mais avançadas do mundo no que se refere à garantia de direitos das pessoas em situação de deficiência, na prática a maior parte do que é assegurado legalmente ainda não está acessível. Por isso, é sempre importante reafirmar que esses direitos estão garantidos na Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.

Em um país com dimensões continentais, as desigualdades das condições de vida são evidentes, bem como a marginalização social de determinados grupos, que, por sua condição de vulnerabilidade, necessitam de apoios especializados para superação das barreiras que impedem o exercício pleno da sua cidadania.

A Lei nº 10.048/2000 trata do atendimento prioritário às pessoas com deficiência. Ela determina, por exemplo, que esse atendimento deve ser prestado, por meio de um tratamento diferenciado, por repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos, além de instituições financeiras.

No caso das empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo, a lei as obriga a reservar assentos, devidamente identificados, a pessoas com deficiência, idosos, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo. Em caso de descumprimento, essas empresas podem ter que pagar multas que vão de R\$ 500 a R\$ 2.500, por cada veículo em situação irregular.

Ainda segundo a lei, os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, devem ter normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas com deficiência.

A Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla é uma campanha anual, desenvolvida de 21 a 28 de agosto pela Fenapaes, desde 1963. Introduzida no calendário nacional pela Lei nº

A Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla é uma campanha anual, desenvolvida de 21 a 28 de agosto pela Fenapaes, desde 1963. Introduzida no calendário nacional pela Lei nº 13.585/2017, essa mobilização nacional permeia os trabalhos desenvolvidos pela instituição ao longo de todo o ano, como instrumento de defesa e garantia de direitos e mobilização social.

O objetivo dessa campanha é divulgar conhecimento sobre as condições sociais das pessoas em situação de deficiência intelectual e múltipla, como meio de transformação da realidade, superando as barreiras que as impedem de participar coletivamente em igualdade de condições com as demais pessoas.

Em 2021, a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla teve como tema norteador “É tempo de transformar conhecimento em ação”. Ele apontou para o fato de que, embora o Brasil tenha uma das legislações mais avançadas do mundo no que se refere à garantia de direitos das pessoas em situação de deficiência, na prática a maior parte do que se assegura na lei não é acessível a todos. Em um país com dimensões territoriais de continente, as desigualdades das condições de vida são evidentes, bem como a marginalização social de determinados grupos, que, por sua condição de vulnerabilidade, necessitam de apoios especializados para superação das barreiras que impedem o exercício pleno da sua cidadania.

13.585/2017, essa mobilização nacional permeia os trabalhos desenvolvidos pela instituição ao longo de todo o ano, como instrumento de defesa e garantia de direitos e mobilização social.

O objetivo dessa campanha é divulgar conhecimento sobre as condições sociais das pessoas em situação de deficiência intelectual e múltipla, como meio de transformação da realidade, superando as barreiras que as impedem de participar coletivamente em igualdade de condições com as demais pessoas.

SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA 2021 É DESTAQUE NO CORREIO BRAZILIENSE

A Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2021 foi destaque no Correio Braziliense, principal jornal do Distrito Federal. A campanha foi até 28 de agosto, com o tema “É tempo de transformar conhecimento em ação”, escolhido para reforçar que os direitos das pessoas em situação de deficiência devem ser respeitados. Na reportagem, o presidente da Federação Nacional das Apaes, José Turozi, falou sobre a importância dessa grande mobilização nacional.

“A semana nacional é o nosso maior evento do Brasil. Mobilizamos mais de duas mil filiadas, com mais de 50 mil voluntários, a fim de conscientizar e promover um debate sobre a inclusão.



Além disso, desejamos combater a discriminação e o preconceito com as pessoas com deficiência”, disse Turozi, lembrando que, desde 1954, a Apaes tem provocado a sociedade sobre os direitos das pessoas com deficiência.

SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA 2021 TRAZ LIVE “EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO TRANSFORMADOR”

A educação é fundamental para construirmos uma sociedade inclusiva e igualitária. Por isso, a Federação Nacional das Apaes (Apaes Brasil) realizou, no dia 27 de agosto, dentro da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2021, a live “Educação como elemento transformador”, uma importante discussão de como promover melhorias sociais por meio do ensino. A Semana Nacional neste ano teve como tema “É tempo de transformar conhecimento em ação”.

DE 21 A 28 DE AGOSTO
SEMANA NACIONAL DA
**PESSOA COM DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL E MÚLTIPLA**
É tempo de transformar conhecimento em ação

**Live: “A educação como
elemento transformador”**

27 de agosto, às 19h30



PRESIDENTE DA APAE BRASIL FALA AO JORNAL NACIONAL SOBRE A NOVA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

O presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), José Turozi, concedeu entrevista, no dia 27 de agosto, ao Jornal Nacional. A reportagem tratou do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que “Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida”.

O decreto, que estimula a criação e a matrícula de pessoas com deficiência em escolas especializadas, tem sido considerado um retrocesso por especialistas e entidades da sociedade civil, que defendem o direito desses estudantes de frequentarem também as escolas tradicionais.

Na entrevista, José Turozi defendeu a inclusão das pessoas com deficiência também nas escolas comuns, mas ressaltou que os estabelecimentos de ensino especializado precisam ser mantidos, deixando a escolha para as famílias.

“Apenas 5,8% dos professores da rede pública no Brasil têm algum tipo de especialização em edu-

cação especial. Então nós defendemos a inclusão, mas uma inclusão responsável. Nós entendemos que a escola especial, o atendimento educacional especializado, é uma realidade e uma necessidade”, disse o presidente da Apae Brasil.

Assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, o decreto teve a vigência suspensa no fim do ano passado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).

Após suspender o decreto, a Corte promoveu uma audiência pública para, antes de julgar o mérito do processo, ouvir especialistas no assunto. A Apae Brasil, por intermédio do advogado Eduardo Vieira Mesquita, participou da audiência na qualidade de *amicus curiae* - amigo da corte ou também amigo do tribunal é uma expressão em latim utilizada para designar uma instituição que tem por finalidade fornecer subsídios às decisões dos tribunais, oferecendo-lhes melhor base para questões relevantes e de grande impacto.

Pelo Brasil

Paraná

Fenapaes promove roda de conversa com Apaes do Paraná



As Apaes do Paraná se reuniram, no dia 2 de julho, com a procuradora jurídica da Apae Brasil, Rosange-la Moro, e a coordenadora de Assistência Social da Fenapaes, Ivone Maggioni Fiore, para uma roda de conversa sobre a implementação das ofertas socioassistenciais nas Apaes e os níveis de reconhecimento no Sistema Único de Assistência Social (Suas).

As Apaes convidadas puderam tirar dúvidas e esclarecer encaminhamentos para a construção e elaboração de seus serviços e atendimentos. Atualmente, essas organizações estão iniciando seus trabalhos e em fase de organização de suas ofertas.

Na ocasião, a procuradora também esclareceu dúvidas sobre como requerer a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas).

Apae da Lapa/PR promove live para comemorar aniversário de 30 anos

A Apae da Lapa/PR completou, no último dia 31 de julho, 30 anos de fundação. Para celebrar a data, a organização promoveu live com shows musicais e sorteios de brindes.

O presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), José Turozi, foi um dos convidados. A convite de Lírio Rebelato, presidente da entidade paranaense, Turozi deu as boas-vindas aos participantes e parabenizou a todos pelo excelente trabalho realizado durante esse período.

Estiveram presentes na solenidade a diretora da Apae da Lapa, Bernardete Gueber, o senador Flavio Arns, e o presidente da Federação das Apaes do Paraná (Fenapaes/PR), Alexandre Botarelli.



Rio Grande do Sul

Campanha virtual gaúcha celebra os 20 anos do Programa de Autogestão e Autodefensoria na Rede Apae

O Programa de Autogestão e Autodefensoria da Rede Apae Brasil completou 20 anos em julho. Em comemoração, a Coordenação de Autogestão e Autodefensoria da Fenapaes do Rio Grande do Sul lançou a campanha virtual “20 anos de história da Autodefensoria na Rede Apae”.

“O objetivo foi mobilizar os autodefensores gaúchos sobre a relevância deste espaço de defesa e garantia de direitos” afirmou a coordenadora, Jaqueline Regina Pilger. Ela acrescentou que, com a pandemia, as atividades sofreram grandes mudanças, e para que a

mobilização continuasse, foi preciso criar as campanhas virtuais.

Os vídeos recebidos serão publicados na página Autodefensoria Gaúcha no Facebook.



Apae e escritório escola da UPF iniciam projeto para coleta de água da chuva

Há alguns anos, a Apae de Passo Fundo (RS) adotou práticas sustentáveis que, além de representarem um ganho enorme no aspecto ambiental, têm impacto direto na redução de custos da instituição. Com a instalação de placas fotovoltaicas, por exemplo, o valor da conta de energia elétrica teve uma redução de 85% ao mês.

Agora a Apae quer investir em um sistema de coleta e reutilização de água da chuva. O projeto estrutural será desenvolvido pelo Escritório Escola de Engenharia Civil da Universidade de Passo Fundo (UPF). A parceria foi firmada na última terça-feira (23), durante reunião na entidade.

A engenheira ambiental Maria Carolina Rovani, que integra o Conselho Administrativo da Apae, disse que a proposta de reaproveitamento de recursos hídricos surgiu ainda em 2015, mas precisa de atualizações. “A instituição ampliou sua estrutura, surgiram novos projetos, como a Horta Elevada e o Viveiro de Cidadania, sendo necessários novos cálculos e plantas atuais. Com esse apoio da UPF, teremos condições de buscar novos parceiros para implementar o projeto”, explicou Maria Carolina. A ideia é reutilizar a água da chuva com finalidade não potável em 45 bacias sanitárias, tanque, máquinas de lavar roupa e torneiras para uso de jardinagem.

O professor Eduardo Brum, que é um dos coordena-

dores do Escritório Escola, destacou os benefícios da iniciativa: “Temos o ambiental, com a captação do recurso natural para a descarga de bacias sanitárias, e o econômico para a Apae, já que haverá uma diminuição na demanda de água fornecida pela companhia de saneamento e consequente redução dos custos com água potável. Para a UPF temos o benefício educacional e o social. Os alunos colocam em prática os conteúdos do curso de engenharia civil e terão envolvimento com uma entidade que presta um importante papel no atendimento às pessoas com deficiências”, ressaltou.

O projeto será desenvolvido pelos acadêmicos João Pedro Martins Bitencourt e Eriky William da Silveira. Participaram ainda da reunião o engenheiro civil responsável pelo Centro Tecnológico de Engenharia Civil, Ambiental e Arquitetura (Cetec) da UPF, Eduardo Basso, a presidente da Apae, Maria do Carmo Ortolan Graziotin, a diretora Silvia Portillo e a assistente social Kaliandra Mendes Nunes.

Apae de Montenegro realizará live musical na Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla

Em 24 de agosto, a Apae de Montenegro (RS) realizou a live “Sons da Inclusão”. O projeto foi aprovado por meio da Lei de Incentivo à Cultura e ocorreu com o apoio do Ministério do Turismo e da Secretaria Especial de Cultura do Rio Grande do Sul. A live contou com apresentações de Canto Coral, Danças Rítmicas e Danças Tradicionais Gaúchas.

A transmissão foi no canal do Youtube da Apae de Montenegro.

Ministério do Turismo e APAE Montenegro apresentam projeto

Lei de Incentivo à CULTURA PATROCÍNIO

SONS DA INCLUSÃO

VIBRA
MAX TERRENÇAS
LOJAS taqi
fuga
B Buffon
digi+

REALIZAÇÃO

APAE Montenegro - RS

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA
MINISTÉRIO DO TURISMO
PÁTRIA AMADA BRASIL

TRANSMISSÃO AO VIVO com intérprete de libras e audiodescrição

24/08 terça-feira às 19H

APRESENTAÇÃO DE DANÇAS TRADICIONALISTAS COM PROFESSOR JOÃO VITOR

Apae de Gramado inaugura nova sede

A Apae de Gramado (RS), fundada em 1969, inaugurou em 18 de junho uma nova sede. Um espaço moderno, com mais de 1.300 m² de área construída, conta com blocos divididos em salas de atendimento clínico/terapêutico individual e em grupo, salas de reuniões, de multimídia, administrativas, auditório, refeitório, banheiros adaptados, além de piscina, estacionamento interno e área arborizada.

Localizada no bairro Planalto, área central da cidade, a estrutura foi arquitetonicamente projetada de acordo com as necessidades e demandas dos assistidos pela Apae. Um exemplo é a construção da piscina, que possibilita os atendimentos de fisioterapia aquática.

Atualmente, 152 pessoas com deficiência intelectual e múltipla estão em acompanhamento terapêutico, além de usuários em processo de acolhimento e avaliação. A previsão é que com a nova sede o número de atendimentos seja duplicado.

A solenidade de inauguração ocorreu seguindo todos os protocolos de prevenção à Covid-19 exigidos pelas autoridades sanitárias do município.



Com apoio da Apae, Câmara de Santa Cruz do Sul cria mês dedicado às pessoas com deficiência

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Santa Cruz do Sul (RS) apresentou recentemente, em parceria com vereadores, um projeto de lei que prevê a criação do Agosto Laranja, um mês dedicado para estimular o debate, a conscientização e, sobretudo, ampliar as ações voltadas às pessoas com deficiência do município.

De autoria da vereadora Nicole Weber (PTB) e sub-

crita pelos vereadores Rodrigo Rabuske e Sérgio Moraes, ambos do PTB, a matéria foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal no dia 23 de agosto, no mesmo período em que a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) promoveu a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2021.

A presidente da Apae de Santa Cruz do Sul, Maribel Dockhorn, agradeceu os parlamentares pela expressiva votação e pelo respaldo à causa. De acordo com ela, a nova campanha vai fortalecer cada vez mais a discussão, permitindo uma maior reflexão acerca da importância das demandas e dos direitos das pessoas com deficiência.

“É fundamental que tenhamos este apoio por parte de nossos representantes, e que tenhamos em nosso município um mês inteiro dedicado a este debate, que é fundamental para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência e que deve ser cada vez mais presente em nosso dia a dia”, afirmou.

Homenagem

A Apae de Santa Cruz do Sul recebeu em 1º de setembro a Medalha da 55ª Legislatura, honraria mais importante concedida pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul às entidades, empresas e pessoas que contribuíram para o desenvolvimento cultural, econômico e social do Estado. A outorga foi entregue à presidente municipal da entidade, Maribel Dockhorn.

Proposta pela deputada estadual Kelly Moraes (PTB), a homenagem à Apae de Santa Cruz do Sul teve como objetivo reconhecer o trabalho realizado pela entidade naquele município, fundada em 1963. Atualmente, essa Apae presta atendimento para mais de 493 pessoas com deficiência intelectual e múltipla e suas famílias. Seu quadro técnico é formado por mais de 70 profissionais qualificados em suas áreas de atuação.

“Receber esta honraria ratifica a qualidade do serviço que prestamos, e nos motiva a continuar na busca por um mundo mais igualitário e inclusivo”, destacou Maribel.



Carreata Solidária da Apae de Porto Alegre acontece no próximo domingo

A Carreata Solidária da Apae de Porto Alegre (RS) aconteceu em 3 de outubro. A atividade, que normalmente acontece no formato caminhada, este ano, devido a pandemia, percorreu as ruas de Porto Alegre, chamando a atenção para as ações e políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

A Carreata contou com a presença dos embaixadores da entidade, o eterno Capitão Dunga e Isabel Ferrari, além do padrinho Luciano Périco e o Guri de Uruguaiana, além da presença mais do que especial de centenas de alunos, colaboradores, amigos e parceiros da Apae de Porto Alegre, que também já inicia o aquecimento para as comemorações do aniversário de 60 anos, em 2022.

“Trabalhamos com desenvolvimento, inclusão, educação, esporte, cultura, saúde e muito mais, prezamos pela qualidade de vida desde a estimulação precoce, e todo ano realizamos uma caminhada para chamar a atenção, sacudir o poder público e a sociedade, para que o tema tenha a necessária visibilidade”, destacou o presidente da Apae de Porto Alegre, Renato Ferreira.

Como nas caminhadas, a Carreata Solidária possui uma camiseta comemorativa, que pode ser adquirida a partir dos telefones (51) 99235.1292 e 99227.0949, por apenas R\$ 35, com entrega gratuita em Porto Alegre.

Rio Grande do Norte

Diretor Social da Apae Brasil representou a instituição em rádio do Rio Grande do Norte

Na manhã desta sexta-feira (20), o diretor social da Apae Brasil, William Ferreira e a equipe da Apae de Ceará-Mirim participaram do programa na rádio 105 FM para divulgar a campanha da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla de 2021, que conta com o tema “É tempo de transformar conhecimento em ação”.

A Semana Nacional é o evento mais importante realizado pela Federação Nacional e representa um

grande marco na luta por direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Em sua entrevista, o Diretor Social, William Ferreira destacou a importância da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla para promover conscientização e gerar engajamento social.



São Paulo

Apae de Barretos é homenageada pela Câmara Municipal

A Câmara Municipal de Barretos (SP) aprovou no dia 23 de agosto, por unanimidade, um requerimento com o objetivo de homenagear a Apae local. O requerimento proposto pelo presidente da Câmara, Paulo Henrique Correa, ressaltava que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) foi uma das primeiras organizações no Brasil voltada para a defesa e proteção de direitos das pessoas com deficiência e hoje está presente em mais de dois mil municípios.

“Há 66 anos a razão da existência da Apae é levar esperança e uma vida melhor a milhares de crianças, jovens e idosos carentes de cuidados especiais”, afirmou o presidente da Câmara. O presidente ainda comentou que, a Apae de Barretos realiza diversas ações voltadas para a garantia de uma educação de qualidade, para a inserção comunitária e preparação para uma vida em comum sem preconceitos.

A Apae de Barretos existe há 50 anos e atualmente assiste 245 pessoas e realiza 150 atendimentos ambulatoriais aos cidadãos de Barretos e Colômbia, nas especialidades de fisioterapia, terapia ocupacional,

psicologia, fonoaudiologia, serviço social e outros, por meio de aproximadamente 80 funcionários.

Paraíba

José Turozi reafirma compromisso da Rede Apae Brasil de promover ações de inclusão social

O presidente da Federação Nacional da Apaes (Fenapaes), José Turozi, participou nos dias 16 e 17 de setembro do “XIX Seminário Conhecer Cedo para Intervir Melhor”, organizado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Campina Grande (PB). A coordenadora nacional de Assistência Social da Apae Brasil, Ivone Maggioni Fiore, esteve presente no encontro, também por meio de videoconferência.

Na oportunidade, Turozi destacou o trabalho ímpar desenvolvido pela Apae de Campina Grande, dirigido por Margarida da Mota Rocha, e a importância do evento, que teve como tema “Direito subjetivo à vida e à educação crítico-emancipatória: a educação contra a barbárie”. Além disso, reafirmou o compromisso da Rede Apae Brasil com a promoção de ações de inclusão social para as pessoas com deficiência.

Já Ivone Maggioni ministrou a palestra “O papel da família como atores principais na reabilitação do filho: desafios e perspectivas”.

Santa Catarina

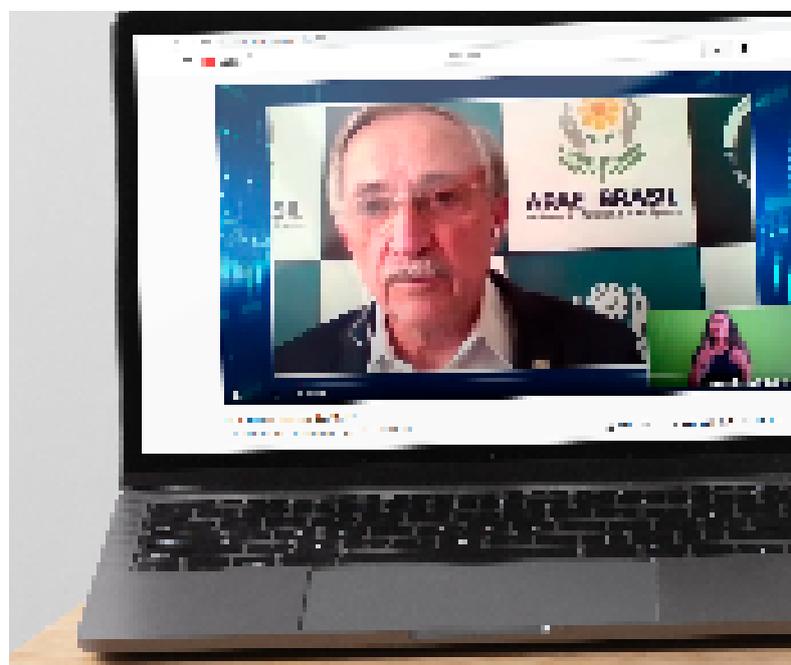
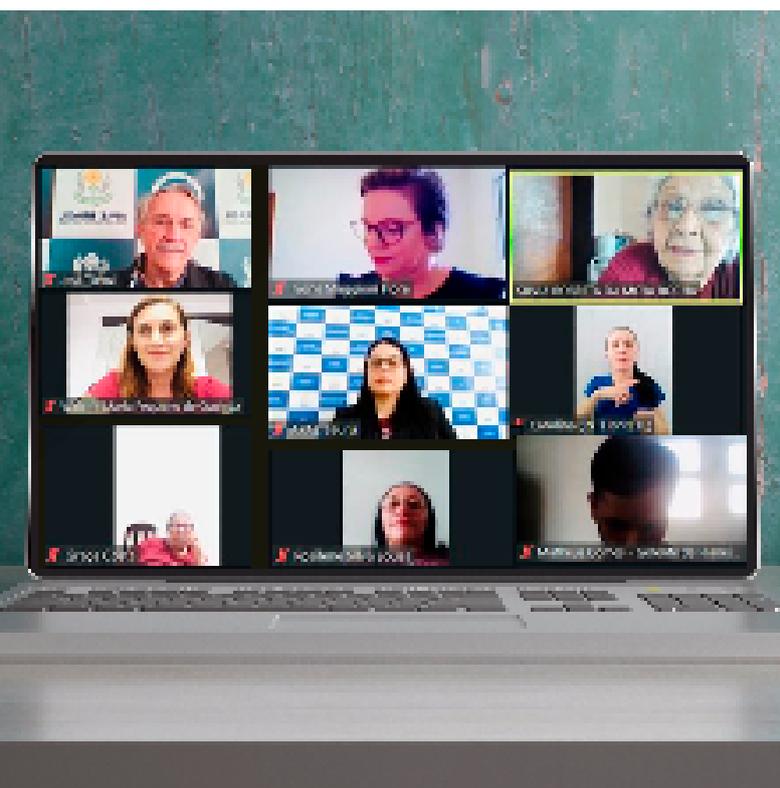
Presidente José Turozi enfatiza papel das escolas especiais e protagonismo das Apaes

O presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), José Turozi, destacou, no dia 21 de setembro, o papel essencial desenvolvido pelas escolas especiais no país e o protagonismo ímpar das Apaes. Essa defesa foi feita durante sua participação na abertura do XVII Congresso Estadual das Apaes de Santa Catarina, que teve como tema “A Educação Especial em Tempos de Educação Remota: Tecnologia e Práticas Interdisciplinares”.

O encontro foi realizado on-line e contou com a presença da presidente da Feapaes catarinense, Alice Kuerten; dos autodefensores Claudemir Rissi e Rosa Maria; do ex-tenista Gustavo Kuerten, presidente de honra do Instituto Guga; da professora Regina Linhares, da Universidade do Vale do Itajaí (Univali); da presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), Janice Krasniak; do governador Carlos Moisés; e demais autoridades e parceiros.

O congresso organizado pela Federação das Apaes de Santa Catarina (Feapaes-SC) teve como público-alvo profissionais e estudantes das áreas de educação, saúde e assistência social, bem como gestores, familiares, autodefensores e voluntários comprometidos com as pessoas com deficiência intelectual, múltipla, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e transtorno do espectro autista (TEA).

“Desde os primórdios até os dias de hoje, as escolas especiais são as responsáveis pelos avanços da



inclusão no Brasil”, afirmou Turozi, salientando a importância do movimento apaeano nessa e em outras áreas. Em novembro, completará 67 anos de existência. “As Apaes do Brasil são as protagonistas da inclusão das pessoas com deficiência. Fazemos isso diuturnamente. Até 2019, na área profissional, por exemplo, nós capacitamos e inserimos no mercado de trabalho 16 mil pessoas com deficiência. E, recentemente, a empresa Burger King nos ofereceu 398 vagas para os seus restaurantes em todo o país. Inclusive, estamos solicitando às Apaes que façam essas parcerias, para que possamos empregar essas pessoas”, acrescentou.

Na oportunidade, o presidente aproveitou para salientar que somente 5,8% dos profissionais da educação da rede pública têm alguma especialização em educação especial, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

“A família precisa ter a liberdade de colocar uma pessoa com deficiência em uma escola regular e a garantia de que naquela escola haja pessoa especializada e equipamentos, para que a pessoa com deficiência possa evoluir naquela instituição”, disse.

Ações

Em seu pronunciamento, José Turozi abordou a reunião que teve com o ministro da Educação, Milton Ribeiro, no início deste mês, quando discutiu a política nacional de educação especial e novas linhas de financiamento para inclusão profissional de pessoas com deficiência intelectual e múltipla no mercado de trabalho. O presidente debateu também a nova política de educação espe-

cial com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

“Sugeri aos ministros que a educação no Brasil tem que ser discutida com educadores, as escolas da rede pública e privada e as organizações que, efetivamente, fazem atendimento às pessoas com deficiência”, enfatizou.

Além disso, falou sobre o projeto protocolado pela Fenapaes no Ministério da Cidadania em que pleiteia recursos para contratar profissionais “para fazer a ponte entre as Apaes e as empresas e, assim, viabilizar a empregabilidade das pessoas com deficiência”. “Nós acreditamos muito no potencial das pessoas com deficiência. Temos que investir muito nessa área”, frisou Turozi.

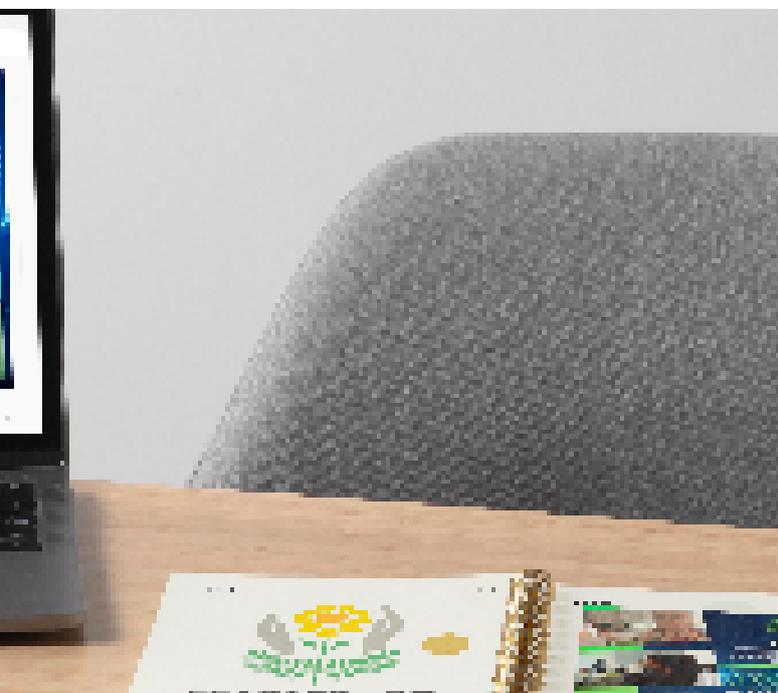
O presidente salientou que, além das áreas educação e trabalho, a Fenapaes investiu em esporte e cultura. Citou as Olimpíadas Especiais das Apaes de 2018, em Canoas (RS), que reuniu 1.500 atletas, e, em 2019, o Festival Nacional Nossa Arte, em Manaus (AM), com a participação de 1.200 artistas.

“Quando fizemos o festival em Manaus, prometemos levar os nossos grupos de danças e danças folclóricas para o Festival de Dança de Joinville. Então, neste ano, vamos bancar toda a despesa do traslado dos mais de 100 artistas que irão participar desse festival”, garantiu.

Eventos e ampliação da comunicação

Ao final de seu pronunciamento, José Turozi afirmou que, devido à pandemia de Covid-19, o Conselho de Administração da Fenapaes prorrogou o 27º Congresso para novembro de 2023, que ocorrerá em Maceió (AL). No mesmo período, será realizado o Fórum de Autodefensores e o primeiro Fórum Nacional da Família. “Queremos trazer as famílias para dentro do movimento apaeano”, frisou. A Federação promoverá ainda a 22ª Olimpíada, marcada para dezembro do ano que vem, em Aracaju (SE).

“Quero dizer também que estamos em um processo com o Ministério das Comunicações para conseguir um sinal de rádio e televisão. Queremos compartilhar experiências e levar informação para as famílias, para os nossos assistidos”, acrescentou o presidente.



Coordenações Nacionais

COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO INICIA TRATATIVAS SOBRE PARTICIPAÇÃO DA APAE BRASIL NA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE) 2022

No dia 14 de julho, membros da Coordenadoria de Educação da Apae Brasil se reuniram com o presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), José Turozi, para planejar a atuação dos coordenadores de Educação nas conferências estaduais, municipais e distrital, bem como discutir a participação da entidade na Conferência Nacional de Educação (Conae) que acontecerá em 2022.

A reunião foi presidida pela coordenadora nacional de Educação e Ação Pedagógica da Fenapaes, Fabiana Oliveira. Na ocasião, a coordenadora ressaltou a importância de traçar metas e estratégias compatíveis com o financiamento disponível para este fim. “Esses encontros fomentam a motivação e o envolvimento dos coordenadores de toda a rede educacional em defesa do direito à educação dos alunos com deficiência”, acrescentou.

A Conae será realizada em Brasília, nos dias 23, 24 e 25 de novembro de 2022, e terá como tema “Inclusão, equidade e qualidade: compromisso com o futuro da educação brasileira”.



FENAPAES PARTICIPA DE REUNIÃO SOBRE ASSESSORAMENTO, DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS

A coordenadora nacional de Assistência Social da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), Ivone Maggioni Fiore, participou, no dia 16 de julho, de reunião com o Movimento Nacional de Entidades de Assistência Social (MNEAS), para discutir as ações do grupo de trabalho sobre Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos (ADGD).

O objetivo é retomar as discussões a fim de construir subsídios de âmbito nacional para a atuação das entidades. O grupo terá agenda quinzenal até novembro de 2021 para encaminhar as propostas e discussões.

As ações das entidades de assessoramento, defesa e garantia de direitos se constituem como uma oferta de política pública de assistência social e são organizadas por meio de programas e projetos. As iniciativas buscam possibilitar a abertura de espaços para a defesa dos direitos socioassistenciais e de oportunidades para o exercício da cidadania ativa no campo socioassistencial, além do fortalecimento da organização, autonomia e protagonismo do usuário.



REUNIÃO DOS COORDENADORES DE FAMÍLIA FINALIZA CONTRIBUIÇÕES PARA DOCUMENTO NORTEADOR

O coordenador nacional da Família, Rodolpho Della Benardina, reuniu-se virtualmente no dia 20 de julho com os coordenadores estaduais para encerrar as contribuições que serão utilizadas na formulação de um documento norteador.

Segundo Joseane Toebe, coordenadora da Família da Fespaes do Rio Grande do Sul e presidente da Apae de Esteio, o material é fundamental para o protagonismo das famílias atendidas pelas Apaes. “Um dos objetivos é instituir um protocolo de atendimento voltado para as famílias das pessoas com deficiência, respeitando ao máximo as particularidades de cada região onde há uma Apae”, afirmou.

Desde abril deste ano, 50 familiares de pessoas com deficiência, divididos em cinco grupos, têm compartilhado experiências, anseios e ideias que resultaram em uma coletânea de documentos que será analisada pela equipe técnica da Federação Nacional das Apaes para dar origem no documento norteador.

COORDENADORA NACIONAL DE EDUCAÇÃO REPRESENTA APAE NA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE-MS

No último dia 19 de agosto, a professora mestra Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira, Vice-presidente da Federação das Apaes de Mato Grosso do Sul e coordenadora nacional de Educação e Ação Pedagógica da Federação Nacional das Apaes esteve presente na sessão ordinária na Câmara Municipal de Campo Grande-MS para tratar da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla.

Durante sua fala, a Coordenadora Nacional de Educação da Apae ressaltou a necessidade de divulgar conhecimentos e a importância da Semana Nacional, para que se atinja ao longo por meio da luta das pessoas com deficiência e suas famílias, dos profissionais e dos segmentos sociais, dentre os quais a Rede Apae Brasil. “Agir no direito e defesa da pes-

soa com deficiência nos faz crescer como pessoa e cidadão”, afirmou.

Após a fala de Fabiana, os vereadores elogiaram a Apae por sua atuação e destacaram que muitas das conquistas de direitos para as pessoas com deficiência se devem ao trabalho realizado pela instituição ao longo de mais de 60 anos. “Mais importante do que dar um emprego, é dar condições para a pessoa com deficiência desempenhar o trabalho”, afirmou o vereador Beto de Avelar.



PARALIMPÍADAS DE TÓQUIO REAFIRMAM IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO E DA GARANTIA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Com cerca de 440 paratletas, distribuídos em 22 modalidades esportivas, as Paralimpíadas de Tóquio ganharam as atenções do mundo, reafirmando a importância da inclusão e da garantia dos direitos das pessoas com deficiência. O talento brasileiro foi representado por 230 (paratletas e técnicos) em 20 modalidades (exceto no basquete e no rúgbi). A competição começou em 24 de agosto e terminou em 5 de setembro.

O Brasil comemorou, entre outras, a vitória do corredor Petrócio Ferreira dos Santos, que conquistou a medalha de ouro nos 100 metros rasos e se tornou bicampeão, repetindo o feito obtido nos Jogos do Rio de Janeiro, em 2016, na classe T46/47 (para competidores com deficiências nos membros superiores). O país também festejou a conquista do ouro pelo nadador Wendell Belarmino, campeão dos 50m livre da classe S11 (para atletas com deficiência visual).

O coordenador nacional de Educação Física, Desporto e Lazer da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), Roberto Antônio Soares, destacou que os Jogos Paralímpicos de Tóquio reuniram atletas com deficiência física, visual, intelectual e pessoas com mobilidade reduzida. “Há registros de paratletas que superaram os 70 anos de idade, algo incomum em competição de alto rendimento”, disse.

O professor falou também da projeção mundial da competição. “A cada edição observa-se um avanço técnico desportivo que gera um interesse das grandes mídias na divulgação do evento, que transformam os Jogos Paralímpicos em uma imprescindível ferramenta na batalha por uma sociedade mais inclusiva, onde as pessoas com deficiência sejam vistas, valorizadas pelo seu potencial e ocupem mais espaços de direito”, enfatizou.

Segundo Roberto Antônio Soares, “os grandes eventos esportivos e/ou paradesportivos têm uma magia que inspira pessoas a procurarem, a conhecer e a praticar exercícios físicos e desportivos, e, conseqüentemente, a execução de atividades regulares tem reflexo positivo na melhoria da qualidade de vida e saúde”.

A Apae Brasil promove as Olimpíadas Especiais das Apaes desde 1973. Atualmente, com sua experiência de 48 anos organizando grandes eventos, a entidade tem parcerias com renomadas instituições, como o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), a Confederação Brasileira de Desporto para pessoas com Deficiência Intelectual (CBDI), a Fundação Special Olympics Brasil (FSOB) e a Associação Brasileira de Judô Inclusivo (ABJI) - esta última, mais recentemente.

“Esse esforço da gestão do presidente da Apae Brasil, José Turozi, em estar ao lado dos órgãos que regem e promovem o paradesporto brasileiro, evidencia a importância em que a educação física, desporto e o lazer impacta na vida da pessoa com deficiência”, afirmou Roberto.



COORDENADORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DESTACA TRABALHO REALIZADO POR ENTIDADES DE CAMPINAS

A coordenadora nacional de Assistência Social da Apae Brasil, Ivone Maggioni, se reuniu em 1º de setembro, por meio de videoconferência, com representantes da rede de entidades das pessoas com deficiência de Campinas (SP). Na pauta, organização e reconhecimento de serviços, programas e projetos socioassistenciais voltados para esse público.

Composta por 18 entidades, essa rede busca a qualificação de suas ofertas no Sistema Único de Assistência Social (Suas), promovendo diversas atividades em prol das pessoas com deficiência e suas famílias, tais como atendimento, defesa e garantia de direitos.

De acordo com Ivone Maggioni, a articulação entre as entidades de Campinas é impressionante, pois, juntas, atuam fortemente para eliminar barreiras e promover a inclusão social.



COORDENADORA IRACEMA APARECIDA PROMOVE REUNIÃO PARA FORTALECER AS APAES DE MATO GROSSO DO SUL

A coordenadora nacional de Educação Profissional, Trabalho, Emprego e Renda da Apae Brasil, Iracema Aparecida dos Santos Ferreira, debateu com representantes municipais da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mato Grosso do Sul (Apae-MS), no dia 9 de setembro, ações voltadas para o fortalecimento da organização naquele Estado na área de inclusão profissional.

Realizada de maneira virtual, o encontro também contou com a participação da coordenadora nacional de Educação e Ação Pedagógica da Apae Brasil, Fabiana Maria das Graças de Oliveira, e da coordenadora estadual de Educação Profissional de MS, Nilse Aparecida Passarini Zanoli.

De acordo com Iracema, na reunião, o grupo teve a oportunidade de trocar experiências de suas ações, tirar dúvidas e receber orientações.

“O objetivo da Apae Brasil, no movimento apaeano, é contribuir para que toda a Rede Apae atue de forma que seus usuários possam encontrar seu caminho de inclusão no mercado de trabalho e participar da comunidade como agente autônomo, responsável e contribuinte da sociedade”, destacou.

EM SEMINÁRIO, FENAPAES RESSALTA AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA INCLUIR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

A Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) participou, no dia 27 de setembro, de seminário virtual promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados em comemoração dos 30 anos da Lei de Cotas para debater as oportunidades e desafios na empregabilidade da pessoa com deficiência. A coordenadora nacional de Educação Profissional, Trabalho, Emprego e Renda, Iracema Aparecida dos Santos Ferreira, representou a Apae Brasil no evento. Na ocasião, ela ministrou a palestra “Emprego Apoiado – A importância de participação da família”.

Em sua exposição, Iracema Aparecida afirmou que a Lei de Cotas é fundamental para minimizar a discriminação e alertar para a igualdade social no mundo do trabalho, bem como assegurar os direitos da pessoa com deficiência. A coordenadora ressaltou que, assim como todas as pessoas, esse público quer desempenhar uma função, ter uma ocupação e receber um salário digno, que garanta sua independência e qualidade de vida. Na oportunidade, Iracema enfatizou o trabalho desenvolvido pela organização, que atualmente reúne mais de 2.200 filiadas.

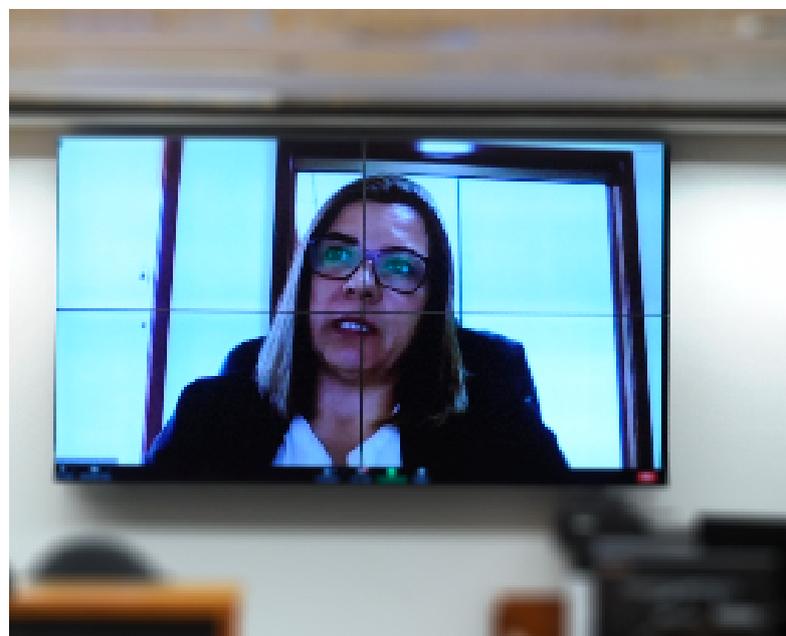
“A Rede Apae Brasil atua como apoio e mediação no sentido de contribuir para que a pessoa com de-

ficiência possa encontrar seu caminho de inclusão no mundo do trabalho, garantindo seus direitos e a participar da comunidade como cidadão autônomo, responsável e contribuinte da sociedade, pois atendemos à realidade do mercado de trabalho formal em nossas atuações. E contamos com equipes altamente especializadas e utilizamos o “Emprego Apoiado”, pontuou.

O Emprego Apoiado (EA) é um conjunto de ações de assessoria, orientação e acompanhamento personalizado, dentro e fora do ambiente de trabalho, e realizadas por preparadores laborais e profissionais especializados. A metodologia tem por objetivo orientar e acompanhar para que as pessoas com deficiência encontrem e mantenham um emprego formal, oferecendo suporte para essa população, suas famílias e as empresas nas etapas da contratação.

“Nós, da Rede Apae, por meio do Emprego Apoiado, orientamos nossas famílias a lidar e superar as diferenças, ao medo do preconceito e avançar nas suas expectativas em relação à inclusão de seus filhos no mundo do trabalho, não permitindo que seus filhos com deficiência se sintam excluídos da sociedade, e sempre buscando pelos seus direitos e encorajando-os”, frisou.

Até 2019, a Apae Brasil capacitou e inseriu no mercado de trabalho 16 mil pessoas com deficiência. Recentemente, a empresa Burger King ofereceu 398 vagas para os seus restaurantes em todo o país. Inclusive, a organização está solicitando às Apaes que façam essas parcerias, para que essas pessoas sejam empregadas.



Diretoria Executiva e Conselho Administrativo, Consultivo e Fiscal

FENAPAES PROMOVE TREINAMENTO SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

O Conselho de Administração da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) se reuniu, em 19 de julho, com os procuradores jurídicos e os coordenadores nacionais das federações estaduais para treinamento sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A organização promoveu a capacitação como uma das medidas de segurança adotadas pela entidade em relação à proteção dos dados dos assistidos das Apaes. O treinamento foi realizado pelo fundador da Destra Consultoria, Marcelo Martins.

A Lei nº 13.709/2018 regula os deveres e direitos que devem ser executados no tratamento de dados pessoais. As organizações que têm acesso a essas informações precisam se regularizar de acordo com a LGPD, que entrou em vigor em 2018 e que terá a possibilidade de aplicação de penalidades a partir do dia 1º de agosto de 2021.

Na ocasião, a equipe técnica da Fenapaes apresentou os trabalhos realizados acerca da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, e as parcerias firmadas pela entidade.

PRESIDENTE E DIRETOR FINANCEIRO VISITAM SEDE DA FENAPAES, EM BRASÍLIA

Entre os dias 20 e 22 de julho, José Turozi, presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) e Nilson Alves Ferreira, diretor financeiro, estiveram presentes na sede da organização, em Brasília.

Durante a visita, Turozi e Nilson se reuniram com a equipe técnica para reuniões de planejamento e monitoramento, além de participarem de encontros com parceiros e futuros colaboradores.

Na oportunidade, o presidente elogiou o trabalho realizado pela equipe da Apae Brasil e incentivou que todos continuem a mostrar o mesmo empenho e compromisso com a causa apaiana.



DIRETORIA DA APAE BRASIL FAZ BALANÇO DA SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E MÚLTIPLA 2021

No dia 13 de setembro, a diretoria executiva da Apae Brasil se reuniu de forma híbrida para deliberar diversos assuntos, entre eles um balanço da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2021, que aconteceu entre os dias os dias 21 e 28 de agosto.





Sobre o evento, o presidente da Apae Brasil, José Turozi, ressaltou: “Estou há muito tempo no movimento e acho que nunca fizemos uma campanha com tamanha exposição. Recebemos feedbacks de algumas federações e foi altamente positivo”.

Ainda na pauta do dia estava a reestruturação da equipe técnica da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes). A nova formatação da equipe e os membros que passaram a fazer parte da organização foram apresentados à diretoria executiva. Na oportunidade, inclusive, toda a equipe foi parabenizada pelo trabalho realizado durante a Semana Nacional.

O formato da reunião propiciou um reencontro entre os membros da diretoria, que por quase dois anos não realizaram esse tipo de evento de forma presencial. No auditório da sede da Apae Brasil participaram o presidente José Turozi; o vice-presidente Emanuel O’de Almeida Filho; a 2ª diretora-secretária, Maria de Fátima Dalmédico de Godoy; o 1º diretor Financeiro, Nilson Alves Ferreira; o 2º diretor Financeiro, Delton Pedroso Bastos; o diretor Social, William Ferreira

de Lima; e a diretora para Assuntos Internacionais, Rosane Teresinha Jahnk; e os gerentes Erivaldo Neto (Institucional) e João Batista (Operacional). De forma virtual, o 1º diretor-secretário, Sérgio Prodócimo, e a procuradora jurídica, Rosângela Moro.

Ainda como forma de fortalecer o movimento, aconteceram outras reuniões durante a semana. No dia 14 de setembro foi a vez do Conselho de Administração se reunir.





DIRETORIA EXECUTIVA INDICA NOME DE JOSÉ TUROZI À REELEIÇÃO

O dia 14 de setembro, foi dia de ação para a Apae Brasil. O Brasília Imperial Hotel sediou a reunião do Conselho de Administração da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes). Na ocasião, a diretoria executiva indicou o nome do atual presidente da Apae Brasil, José Turozi, como candidato oficial ao cargo.

O encontro, que contou com a presença da diretoria executiva, dos autodefensores nacionais Tâmara Tamires Soares e Francisco Matos Além, do Conselho de Administração e dos conselhos Consultivo e Fiscal, teve como pauta assuntos relacionados à eleição e também um amplo balanço das ações realizadas desde 2018.

Na ocasião, o presidente se mostrou satisfeito com o resultado do encontro e pela indicação de seu nome para continuar à frente da organização. “Acredito que conseguimos realizar ainda muitos compromissos que colocamos dentro do nosso planejamento estratégico e também com o aval do Conselho de Administração. Temos uma missão a cumprir. Me sinto gratificado”, disse.

Turozi ainda destacou que pretende criar novas unidades das Apaes e expandir as já existentes para atender às pessoas com deficiência. “Precisamos focar muito

nas regiões Norte e Nordeste, onde o movimento é incipiente em comparação com os outros estados. Devemos dar uma atenção especial, pois são regiões carentes e que precisam de um olhar diferenciado”, enfatizou.

Os membros da diretoria executiva e do Conselho Fiscal são eleitos por voto secreto. As eleições acontecem a cada três anos, no mês de novembro. A posse dos candidatos eleitos ocorre no 1º dia útil do mês de janeiro do ano seguinte.

Resultados

Ainda na reunião foi apresentado um balanço dos resultados da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2021, que aconteceu entre os dias 21 e 28 de agosto, além de parcerias e ações da Apae Brasil. O grande alcance do evento foi ressaltado pelos números conquistados nas mídias sociais do movimento.

Também foi apresentada, de forma detalhada, a parceria firmada pela Fenapaes com a MDM8 pelo diretor da empresa, Miguel J. Muccillo. A mesma é especializada em captação de recursos para entidades filantrópicas e colabora na ampliação da comercialização de produtos da Apae Brasil.



INSTITUTO APAE BRASIL
DE ENSINO E PESQUISA

NOVO CURSO



CONSELHEIRO DE DIREITOS HUMANOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA



Prof. Dr.
Jorge Amaro

Tem por objetivo capacitar os conselheiros de direitos quanto aos conceitos básicos do marco legal da política das pessoas com deficiência, fundamentados na promoção dos direitos humanos.

Acesse: cursos.uniapae.org.br



APAE BRASIL
Federação Nacional das Apaes



PRESIDENTE DA APAE BRASIL CONCEDE ENTREVISTA PARA ACAERT E COMENTA APROVAÇÃO DO PL N. 4.113/20

Em entrevista para a Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert), no dia 30 de junho, o presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), José Turozi, comentou a aprovação do Projeto de Lei n. 4.113/20, que prevê adequações na relação entre a administração pública e as organizações de sociedade civil no contexto de calamidade pública originada pela pandemia da Covid-19.

O processo de tramitação foi acompanhado de perto pela Fenapaes, que encarou a aprovação como um grande estímulo para as Apaes e demais organizações do terceiro setor.

“O redirecionamento dos recursos nos dá esperanças de realizar um trabalho mais efetivo e melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência”, afirmou Turozi; “Essas pessoas e suas famílias ainda sofrem um grande impacto no que diz respeito ao atendimento e à assistência em razão da pandemia”. acrescentou.

Dentre os efeitos práticos do projeto de lei, está a extensão do prazo de duração e da prestação de contas, além da suspensão da exigibilidade da devolução de recursos.

O projeto de lei segue para a sanção presidencial.



APAE BRASIL REALIZA PRIMEIRA REUNIÃO DO GRUPO DE ESTUDOS SAÚDE

O Grupo de Estudos Saúde da Rede Apae se reuniu, pela primeira vez, em 30 de junho, para discutir as diretrizes e propostas do grupo, bem como os encaminhamentos que serão feitos após a conclusão dos trabalhos.

O objetivo é realizar o levantamento das principais demandas e reivindicações das Apaes na área de saúde e, após a aprovação na plenária nacional da Apae Brasil, que será realizada no final do ano, entregar o documento oficial ao governo federal.

O presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), José Turozi, deu as boas-vindas aos presentes e ressaltou a importância da formação do grupo para estudar alternativas de assistência à saúde às pessoas com deficiência. Em seguida, a coordenadora do grupo, Eliane Pereira dos Santos, apresentou a proposta para a abertura do debate.

A necessidade de ampliação dos atendimentos nos Centros Especializados em Reabilitação (CER) e a criação de novos espaços para a oferta desses serviços foram as principais demandas levantadas pelo grupo. O custeio dos procedimentos previstos na tabela SUS e a inclusão de novas intervenções no serviço de órteses, próteses e materiais especiais também tiveram destaque na reunião.

O gerente institucional da Apae Brasil, Erivaldo Neto, ressaltou o trabalho realizado pela Apae de Unai e de Campo Grande com pessoas que tiveram com sequelas após contraírem o coronavírus. O gerente sugeriu a criação de um documento para orientar outras Apaes que queiram ofertar este serviço.

Ao final, Eliane solicitou aos presentes que levem, para o próximo encontro, outras necessidades que acharem pertinentes para encaminhamento da discussão no grupo. Informou que será feita uma apre-

sentação sobre todos os serviços ofertados pela Rede Apae atualmente, com dados sobre o número de procedimentos realizados, de serviços ofertados, além da relação das Apaes que ofertam esses serviços no país.



gratuitamente curso de capacitação para os profissionais da Rede Apae Brasil. A previsão é que haja outra reunião em breve para a formalização da parceria.



GRUPO GAZIN FAZ LIVE COM GRANDES NOMES DO GOSPEL E ANUNCIA DOAÇÕES PARA A APAE

FENAPAES SE REÚNE COM LABORATÓRIO NORTE-AMERICANO PARA TRATAR DE PESQUISA SOBRE CONDIÇÕES GENÉTICAS RARAS

Representantes do Laboratório PTC Therapeutics apresentaram, no dia 1º de julho, uma oferta de parceria para a realização de pesquisa sobre condições genéticas raras. A proposta é que o estudo seja realizado em conjunto entre a organização e o laboratório.

Até o momento, não há cura para a deficiência de AADC, mas existem algumas medidas que podem ser aplicadas para melhorar a qualidade de vida da pessoa acometida pela síndrome.

“A proposta é realizar um teste molecular através de um painel para 153 doenças, incluindo a AADC (Deficiência da descarboxilase de L-aminoácidos aromáticos). Nos casos positivos, poderá ser estabelecido o diagnóstico etiológico da deficiência”, afirmou Dr. Rui Pilotto, coordenador Científico da Fenapaes. O médico acrescentou que a ideia é também oferecer um aconselhamento genético aos pais dos afetados, caso estes desejem.

Além disso, o laboratório está disposto a oferecer

O Grupo Gazin, um dos maiores grupos empresariais do Brasil no setor de varejo de móveis e eletrodomésticos, serviços, informática, atacado, fabricantes de colchões e e-commerce, anunciou uma parceria com a Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Durante o mês de julho, todas as compras que forem realizadas na Gazin em valores acima de R\$100 reais, terão R\$7 reais convertidos em doações para a instituição. “Entendemos que é um momento difícil para todos, mas se podemos ajudar uma organização tão importante, vamos fazer isso. É parte do DNA da nossa empresa”, disse o presidente do Grupo Gazin, Osmar Della Valentina.

Para divulgar a iniciativa, no dia 3 de julho, aconteceu a Live Movimento Pintando o 7, com grandes nomes da música gospel: Fernandinho, Gabriela Rocha e Isadora Pompeo. O show será transmitido pelo YouTube nos canais oficiais da empresa varejista, de Fernandinho e de Isadora Pompeo.

Live

O evento on-line foi pensado para conscientizar e sensibilizar as pessoas sobre a importância da união em prol daqueles que precisam de uma mão amiga. “Tudo fica melhor com parcerias. É aquilo que dizem: a união faz a força, e é nisso que acreditamos. Mais do que nunca, precisamos cuidar



uns dos outros e fazer o bem, sempre”, destacou o gerente de marketing da Gazin, Edson Oleksyw.

Com apresentação de Amanda Françaço, a live serviu de abertura para a campanha Pintando 7, que já é tradição de julho no calendário da empresa. Segundo Edson, é uma época com um ótimo histórico de vendas. “Com certeza trará bons resultados para a APAE”, ressaltou.

Movidos pela esperança

O Grupo Gazin é referência no mercado nacional de varejo e atacado, reconhecido pela qualidade de seus produtos e pelo bom atendimento ao cliente. Hoje, são mais de 300 lojas de varejo, sete indústrias de colchões e estofados, 23 centros de distribuição e diversos outros braços de negócio. Mas, para além de números e vendas, a empresa também tem um forte investimento em projetos sociais e ambientais. Dentre eles, o investimento em usinas solares e doações a instituições essenciais para a saúde, como o Hospital Pequeno Príncipe e a União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer (Uopecan).

Em 2021, a empresa completou 55 anos e, para comemorar, a marca de mais de meio século atendendo as famílias brasileiras, também lançou a promoção “55 anos, 55 SUV’s”.

EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA LANÇA CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Com o objetivo de preparar para o mercado de trabalho, a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Taesa) abriu inscrições para o curso de capacitação para pessoas com deficiência. A iniciativa, que integra o Programa de Diversidade da companhia, é destinada a jovens com ensino médio completo.

O curso inclui aulas de elaboração de currículo, segurança no trabalho e introdução ao setor de energia elétrica, que serão ministradas pelos próprios colaboradores da Taesa, no formato on-line.

A carga horária da capacitação é de 20 horas. As inscrições estão abertas até o dia 09/07 e podem ser feitas pelo link: vagas.com.br/v2225223

Serviço

Curso de capacitação para PCD

Inscrições e mais informações no link: vagas.com.br/v2225223

Prazo para inscrições: 9 de julho de 2021

Sobre a Taesa

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Taesa) é um dos maiores grupos privados de transmissão de energia elétrica do Brasil em termos de Receita Anual Permitida (RAP). A empresa é exclusivamente dedicada à construção, operação e manutenção de ativos de transmissão, com aproximadamente 9.868 km de linhas de transmissão em operação oito concessões adquiridas em leilão, que somam um total de aproximadamente 2.266 km de extensão em construção. Além disso, possui ativos em 70 subestações em operação com nível de tensão entre 230 e 525kV, presença em todas as regiões do país e um Centro de Operação e Controle, localizado em Brasília. Atualmente a Taesa detém 35 concessões de transmissão, possuindo 100% dos ativos de 15 concessões, participação na ETAU, Brasnorte, Paraguaçu e Aimorés, ERB1 e em 14 concessões da TBE. A Taesa se destaca pelo seu alto nível de conhecimento técnico, elevados padrões de gestão e habilidades operacionais, a fim de garantir um retorno satisfatório para seus acionistas e um ambiente de trabalho motivador para seus empregados.

APAE BRASIL E ENTIDADES REPRESENTATIVAS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DISCUTEM PROTOCOLO DE “AVALIAÇÃO SOCIAL REMOTA” COM REPRESENTANTES DO INSS

O presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), José Turozi, e a coordenadora nacional de Assistência Social, Ivone Maggioni Fiore, se reuniram, no dia 1º de julho, com entidades socioassisten-



ciais de atendimento e defesa de direitos das pessoas com deficiência e com o presidente do INSS, Leonardo José Rolim Guimarães, para discutir sobre o protocolo de “avaliação social remota”.

A Lei nº 14.176/2021, sancionada em 22 de junho, altera os critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e autoriza, em caráter excepcional, a realização de avaliação social mediada por videoconferência enquanto perdurarem os efeitos da crise ocasionada pela pandemia de Covid-19.

Os representantes das entidades demonstraram preocupação com o novo formato. “O receio é que as pessoas com deficiência, requerentes do Benefício de Prestação Continuada (BPC), enfrentem dificuldades por falta de infraestrutura e acesso a equipamentos tecnológicos e que isso as impeça de fazer a avaliação”, destacou.

Para eles, é preciso que o protocolo estabeleça critérios que levem em consideração as singularidades de cada cidadão requerente e sua região, de modo a garantir o acesso pleno e digno a todos. Foi solicitado que este formato permaneça disponível durante a pandemia, mas que seja garantida a continuidade da avaliação também de forma presencial.

Estiveram presentes membros da Federação Nacional das Associações Pestalozzi, da Organização Nacional dos Cegos do Brasil e do Comitê Brasileiro de Organizações Representativas das Pessoas com Deficiência (CRPD).

APAE BRASIL E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ INCLUSIVO FIRMAM PARCERIA

A Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) realizou, no dia 8 de julho, a segunda reunião com a Associa-

ção Brasileira de Judô Inclusivo (ABJI) para tratar de parceria entre ambas.

O propósito do encontro foi oportunizar às partes uma visão ampla das ações realizadas por cada instituição, suas estruturas e objetivos, além de discutir sobre a implementação da iniciativa nas Apaes estaduais.

Estiveram presentes José Turozi, presidente da Apae Brasil; Roberto Antônio Soares, coordenador nacional de Educação Física, Desporto e Lazer; Christopher Rodrigues, membro do Conselho Técnico; e Gelta Cherem, representante do Conselho fiscal. Como representantes da ABJI, participaram Felipe Vasconcelos, vice-presidente, e Adriana Ferreira, secretária.

Na ocasião, Turozi falou sobre a capilaridade do movimento apaeano e explicou como funciona a execução das iniciativas por meio das federações estaduais. “Temos mais 2.200 unidades distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal. As Federações estaduais possuem referências técnicas de áreas específicas nos estados, são elas que articulam e organizam essas iniciativas”, disse.

O coordenador Roberto fez uma síntese sobre as ações da Apae Brasil relacionadas a atividades esportivas e citou algumas parcerias já firmadas. “Desde 2019 temos parceria com grandes instituições que representam e promovem o paradesporto, como a Special Olympics Brasil (SOB), a Confederação Brasileira de Desporto para pessoas com Deficiência Intelectual (CBDI), o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) e o Ministério da Defesa”, pontuou.

O professor Felipe, representante da ABJI, contou sobre a história da entidade e ressaltou o interesse em desenvolver projetos desportivos e de formação em parceria com a Apae Brasil.

Ao final, ambas organizações se mostraram interessadas na parceria. A formalização se dará após apreciação e aprovação, de ambas as partes, do termo de colaboração que será elaborado pela Apae Brasil.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COMPLETA 31 ANOS

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou, no dia 13 de julho, 31 anos. Um marco histórico na luta pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros.

A Lei nº 8.069/1990 é fruto de uma construção coletiva e marca a divisão de uma concepção que tratava a infância e a adolescência com táticas repressivas e punitivas, para uma política que reconhece a condição de sujeitos em desenvolvimento e titulares de direitos, conforme prevê a Constituição Federal.

Em relação à pessoa com deficiência, a legislação foi determinante em muitos aspectos. Conheça alguns:

Saúde

A lei estabelece que as crianças e adolescentes com deficiência deverão ser atendidos sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação. Esta garantia está descrita no artigo 10 § 1º, da lei.

Adoção

No artigo 47, § 9º, é determinada a prioridade de tramitação dos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência. A lei também prevê, no artigo 47, § 15, a prioridade no cadastro às pessoas interessadas em adotar criança ou adolescente com deficiência.

Educação

É garantido pelo ECA, no artigo 54, III, o atendimento educacional especializado às crianças e adolescentes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Prevenção e proteção

As famílias com crianças e adolescentes com deficiência terão prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção. A previsão legal está no artigo 70, parágrafo único, da legislação.

Atos infracionais

Nos casos dos adolescentes com deficiência intelectual que cometem ato infracional, os mesmos receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições. A garantia está prevista no artigo 112, § 3º.

Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança

Uma importante conquista proposta pela lei foi a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). O órgão tem o intuito de formular e deliberar políticas públicas relativas às crianças e adolescentes.

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente

O ECA criou o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como um importante instrumento para a viabilização das leis que protegem essa população.

Criação do conselho tutelar

O Estatuto tornou obrigatória a criação do conselho tutelar em todos os níveis de administração pública. O conselho tem a função de tomar providências em casos de ameaças ou violação dos direitos de crianças e adolescentes.

Em 2021, a Apae Brasil conquistou importantes espaços de representação da criança e do adolescente com deficiência. A organização foi eleita para compor a diretoria do Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) e também como representante no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Essas conquistas se deram ao fato de o ECA priorizar e instituir, em lei, esses importantes espaços de representatividade e debate em prol da preservação dos direitos dessa população.

GRUPO GAZIN ARRECADA MAIS DE R\$ 1 MILHÃO EM DOAÇÕES PARA A APAE BRASIL



A campanha “Pintando o 7”, do Grupo Gazin, atingiu a marca de mais de R\$ 1 milhão em doações para a Apae Brasil. A expectativa para o total arrecado em doações, até o final da campanha, é de R\$ 2 milhões.

“Entendemos que é um momento difícil para todos, mas se podemos ajudar uma organização tão importante, vamos fazer isso”, afirma o presidente do Grupo Gazin, Osmar Della Valentina.

O presidente da Apae Brasil, José Turozi, afirmou ser uma honra ter sido procurado pelo Grupo Gazin para a realização da campanha neste momento em que a organização passa por uma realidade financeira difícil por conta da pandemia. “É uma iniciativa louvável da empresa, que reconhece a importância da sua contribuição social”, declarou.

Até o final do mês de julho, todas as compras acima de R\$ 100 que forem realizadas nas lojas físicas e no site do Grupo terão R\$ 7 convertidos em doações para as organizações que tiverem lojas Gazin no município.

CRENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES NO PRONAS VAI ATÉ 31 DE JULHO

O Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD) é dirigido a entidades e instituições privadas, associativas ou fundacionais, sem fins lucrativos, de todo território nacional, que desenvolvam ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

É importante ressaltar que instituições cujo cadastro já foi aprovado e publicado pelo Ministério da Saúde no Diário Oficial da União em anos anteriores não precisam renovar o cadastro. As instituições podem verificar se possuem cadastro no portal do ministério.

Como realizar o cadastro?

Para que o cadastro seja realizado, é obrigatória a apresentação de cópias autenticadas dos seguintes documentos:

Estatuto ou contrato social vigente e respectivas alterações posteriores registrados em cartório;

Comprovante de domicílio da sede da instituição;

RG e CPF do dirigente da instituição;

Ata de eleição da atual diretoria ou do termo de posse de seus dirigentes, registrados em cartório.

Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

Certidão Negativa Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União

A documentação deve ser enviada à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde por meio de ofício assinado pelo dirigente da instituição que pleiteia o

cadastro, nas modalidades de Aviso de Recebimento (AR) ou Sedex. Além dos documentos impressos, é preciso enviar um pendrive ou CD/DVD com toda a documentação em formato PDF, de acordo com as seguintes especificações:

Até 50 MB por arquivo;

Resolução mínima de 200 DPI;

Impressão em preto e branco e colorido, quando necessário;

Arquivo digitalizado em OCR, Reconhecimento Óptico de Caracteres, que permite o reconhecimento dos caracteres do documento escaneado.

A entidade também pode enviar a documentação para o endereço eletrônico pronas@saude.gov.br ou realizar a entrega presencial no Protocolo Central do Ministério da Saúde.

APAE BRASIL INGRESSA COMO AMICUS CURIAE EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NO STF

No dia 24 de agosto, a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) participou, como amicus curiae (amigo da corte), de audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF). A participação busca contribuir para a discussão do mérito do Decreto nº 10.502/2020 sob o ponto de vista da constitucionalidade da educação especial.

O termo amicus curiae designa uma pessoa, órgão ou entidade que entra como terceiro em um processo de seu interesse levado ao Judiciário. O papel desse participante é servir de fonte de informação para embasar a decisão da Justiça.

A organização será representada pelo coordenador nacional de Defesa de Direitos e Mobilização Social da Apae Brasil, Eduardo Vieira Mesquita, e pela presidente da Apae de Prudentópolis (PR), Eliana Gomes da Silva Kotsko.

Na ocasião, os representantes da Apae fizeram uma reflexão sobre os conceitos e institutos da Educação Especial na construção de um sistema educacional inclusivo e mostraram dados educacionais do seguimento das pessoas com deficiência e do trabalho da Rede Apae no Brasil. O especialista na área, Eduardo Vieira, fez uma abordagem político-jurídica acerca do tema e apresentou o argumento jurídico, por meio de memoriais, para o enriquecimento dos debates.

É importante destacar que a Apae Brasil não defende as escolas especializadas como opção para todos os estudantes da educação especial, evitando restringir as oportunidades de desenvolvimento dos indivíduos de maneira prévia e atentar contra sua igualdade e liberdade. Nem considera a escola especializada como espaço prioritário para educação dos estudantes com deficiência. No entanto, reconhece no Decreto Nº 10.502/2020 a oportunidade de ressignificar ainda mais a escola especializada em benefício da inclusão escolar e social dos estudantes com deficiência, identificada a singularidade e as necessidades educacionais de cada um.

Histórico

Em 30 de setembro de 2020 foi publicado o Decreto nº 10.502/2020, que instituía a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Em 6 de outubro, a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) publicou oficialmente o seu posicionamento acerca do decreto. No documento, a entidade declarou seu apoio total e irrestrito à inclusão escolar da pessoa com deficiência na rede regular de ensino, e defendeu a oferta de outros espaços escolares pelos sistemas de ensino na rede pública e no setor privado, como escolas especializadas, centros de atendimento educacional especializado, escolas bilíngues de surdos, dentre outros.

Em outubro de 2020, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a eficácia do Decreto 10.502/2020. A decisão liminar foi proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6590.

APAE BRASIL LANÇA REVISTA COMEMORATIVA DOS 20 ANOS DA AUTODEFENSORIA

Já está disponível, no site da Apae Brasil, a versão digital da revista comemorativa dos 20 anos do Programa de Autogestão e Autodefensoria da organização. O lançamento ocorreu no dia 29 de julho, durante a live que celebrou a criação da iniciativa.

O editorial, intitulado “Autodefensoria 20 anos – Apae Brasil”, reúne depoimentos e experiências que prometem emocionar os leitores. São relatos de pessoas com deficiência que se envolveram com o programa e tiveram suas vidas transformadas.

A publicação também apresenta uma linha do tempo com o histórico e as principais conquistas obtidas ao



longo deste período. É possível conhecer a construção da iniciativa desde 2001, com fotos dos primeiros Fóruns de Autodefensores realizados, e o início das discussões do programa.

Para o atual autodefensor Nacional, Francisco Matos Além, a revista é uma forma de homenagear todos aqueles que trabalharam para que hoje ele e os outros autodefensores vivessem este momento. “Estamos muito felizes com a revista. Com a ajuda da tecnologia podemos mostrar que as pessoas com deficiência estão sendo valorizadas, fazendo a diferença e derrubando barreiras.”

“Ao longo dos anos, vimos, de maneira cada vez mais expressiva, a importância de promover o protagonismo da pessoa com deficiência. É uma alegria compartilhar essa trajetória com toda a sociedade”, afirmou o presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), José Turozi.

A coordenadora nacional de Autogestão e Autodefensoria, Jaqueline Pilger, ressaltou que a revista pretende resgatar a história de 20 anos do programa e celebrar as conquistas e avanços obtidos ao longo desta trajetória. “É uma história feita por muitas mãos e que tem se fortalecido ao longo dos anos na busca pela garantia dos direitos da pessoa com deficiência”, frisou. “Esperamos que esta publicação colabore com o desenvolvimento do Programa em todas unidades e garanta o protagonismo das pessoas com deficiência.”

A iniciativa, criada em 2001, tinha como finalidade fomentar a participação da pessoa com deficiência no cotidiano das unidades das Apaes e nas deliberações políticas e estratégicas. Atualmente, a organização conta com 25 casais de Autodefensores eleitos para representar as pessoas com deficiência do seu estado dentro da Federação. Autodefensoria está prevista e registrada no Estatuto das Apaes e, portanto, deve ocorrer em todas as unidades.

A revista “Autodefensoria 20 anos – Apae Brasil” está disponível no link: <https://bit.ly/20anosAutodefensoriaApaeBrasil>

LOJAS GAZIN ARRECADAM MAIS DE R\$ 2 MILHÕES EM DOAÇÕES PARA A APAE BRASIL



A Apae Brasil foi a organização escolhida, este ano, para ser beneficiada pela campanha “Pintando o 7”, promovida pelo Grupo Gazin. Durante o mês de julho, todas as compras acima de R\$ 100 tiveram R\$ 7 convertidos como doação para a organização. Ao final do mês, a campanha superou a meta planejada e arrecadou mais de R\$ 2 milhões em doações.

Para o presidente da Apae, José Turozi, o momento é de gratidão a todos que participaram da campanha. “Não solicitamos essa ajuda. A campanha foi de livre iniciativa do Grupo Gazin. Agradecemos muito e ficamos honrados de sermos escolhidos para recebermos as doações da campanha Pintando o 7. Agradecemos, especialmente, aos colaboradores do Grupo Gazin e às Apaes que se envolveram e ajudaram no sucesso da campanha”, declarou.

“Entendemos que é um momento difícil para todos, mas se podemos ajudar uma organização tão importante, vamos fazer isso. É parte do DNA da nossa empresa. Acreditávamos em uma arrecadação de até R\$ 2 milhões e conseguimos superar esse valor”, afirmou o presidente do Grupo Gazin, Osmar Della Valentina.

O valor arrecadado será destinado às Apaes que possuem Lojas do Grupo Gazin em seu município.

Confira no YouTube o pronunciamento do presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), José Turozi, agradecendo a Gazin pela parceria.

A APAE BRASIL FIRMA PARCERIA PARA AÇÃO NACIONAL DE REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS DE CAPTAÇÃO

A Apae Brasil, em parceria com a empresa catarinense DevResult It Solutions, especializada em soluções tecnológicas e realização de campanhas de crowdfunding, firmou parceria para realização de campanhas de captação de recursos por meio da rede mundial de computadores.

As ações digitais foram iniciadas no mês de agosto, com a realização da primeira campanha de captação on-line, veiculada por meio de sites, aplicativos, blogs, além do apoio fundamental da mídia tradicional.

Atingidas gravemente pela crise financeira causada pela Covid 19, as nossas afiliadas ficaram paralisadas por muito tempo em função dos decretos governamentais de fechamento das unidades, o que acabou por comprometer sobremaneira o atendimento proporcionado aos acolhidos.

Com ações pontuais, algumas Apaes tentaram suavizar os efeitos dos prejuízos, contando com atitudes reconhecidamente heroicas dos profissionais, pais e amigos dos nossos atendidos.

A Apae Brasil, sensibilizada com a situação dos seus assistidos nas mais de 2.200 unidades de Apaes de todo o país, firmou a parceria com o objetivo de restabelecer os projetos e atendimentos da Rede Apae, supondo que o pior já passou e que o melhor está por vir.

A Apae Brasil acredita nos bons frutos que essa ação gigantesca vai proporcionar, permitindo a continuidade dos atendimentos e a saúde financeira do movimento.

Somos Movimento! Um dos maiores do mundo. E movimento gera resultados.

O nosso assegura defesa de direitos, orientações, prevenção, apoio às famílias e, principalmente, ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e à construção de uma sociedade mais justa e solidária.

DIRETORIA DA FENAPAES REALIZA REUNIÃO PARA AMPLIAR COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA MARCA APAE BRASIL

No dia 11 de agosto, o presidente da Apae Brasil, José Turozi, acompanhado dos diretores financeiros, Nilson Alves Ferreira e Delton Bastos, se reuniram com

o diretor administrativo financeiro da Capemisa Capitalização, Marcio Augusto Koenigsdorf, e com o diretor da empresa MDM8, Miguel J. Muccillo, para discutir sobre parceria que ampliará a comercialização de produtos da Apae Brasil.

Atualmente, a Fenapaes firmou novas parcerias e ampliará as antigas com o objetivo de aumentar a captação de recursos da entidade.

Segundo José Turozi, a comercialização de produtos com a marca Apae Brasil é um método eficaz de captação de recursos realizada em alguns estados. “A meta é ampliar essa comercialização para outros estados”, afirmou.



SUCESSO DA CAMPANHA PINTANDO O 7 FOI CELEBRADA COM CHEQUE SIMBÓLICO



O presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), José Turozi, se encontrou, em 17 de agosto, com o presidente do Grupo Gazin, Osmar Della Valentina, para um balanço da campanha “Pintando o 7”. No encontro, foi entregue o cheque simbólico de

R\$ 2.032.303,00, quantia arrecadada durante o mês de julho.

“Para nós foi uma grande surpresa sermos lembrados para esta campanha. Ver uma empresa como a Gazin tomando essa iniciativa, por livre e espontânea vontade, realmente nós só temos que agradecer”, afirmou Turozi.

As doações irão ajudar diversas unidades da Apae pelo Brasil. Os recursos serão aplicados em material didático, equipamentos, reformas. “São recursos muito bem-vindos e que impactarão na vida de milhares de famílias”, destacou o presidente.

Com o sucesso da campanha, Della Valentina já faz planos para o futuro. “O que eu posso garantir para o ano que vem é que vamos ter a campanha Pintando o 7 novamente”, anunciou.

APAE BRASIL PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NO STF EM PROCESSO SOBRE EDUCAÇÃO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

A Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) participou, nos dias 23 e 24 de agosto, por videoconferência, de audiência pública do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) 6590. A ação foi movida pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) contra o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que “Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida”.

A Apae Brasil, representada pelo advogado Eduardo Vieira Mesquita, participou da audiência pública na qualidade de amicus curiae - amigo da corte ou também amigo do tribunal é uma expressão em latim utilizada para designar uma instituição que tem por finalidade fornecer subsídios às decisões dos tribunais, oferecendo-lhes melhor base para questões relevantes e de grande impacto.

A fase atual do processo é de discussão do mérito sobre a constitucionalidade do Decreto nº 10.502/2020, já que o relator da ADIN 6590, ministro Dias Toffoli, e, posteriormente, o plenário do STF deliberaram a favor da concessão de liminar para suspender os efeitos do ato presidencial.

O objetivo da Apae Brasil foi demonstrar a constitucionalidade do ensino especial, observando, porém, que o público que recebe esse tipo de atenção no âmbito da Rede Apae se caracteriza por apresentar necessidades educacionais especiais que requerem atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não conseguiu prover.

A Apae Brasil ressaltou que a Constituição estabeleceu a garantia de atendimento especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino.

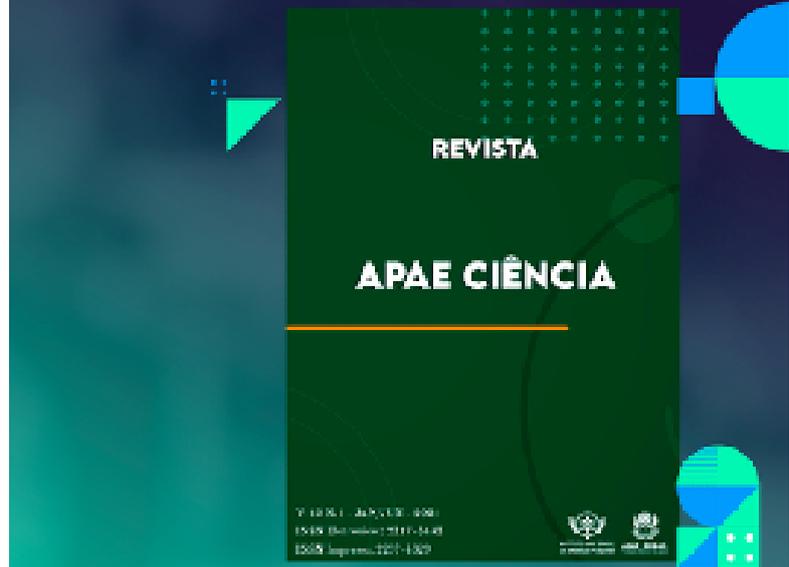
Histórico

Na ADIN 6590, o PSB pediu a suspensão do Decreto nº 10.502/2020 por considerar que a norma viola os incisos IV do art. 3º e inciso III do art. 208, ambos da Constituição Federal, bem como outros preceitos fundamentais da educação, dos direitos das pessoas com deficiência, da dignidade humana, da não discriminação e da proibição do retrocesso em matéria de direitos humanos. O partido também argumentou que o decreto discrimina e segrega os alunos com deficiência ao prever o incentivo à criação de escolas e classes especializadas para esse grupo, em detrimento da participação desses estudantes na rede de ensino convencional.

Em dezembro de 2020, o ministro Dias Toffoli, relator da ADIN 6590, concedeu liminar ao PSB e determinou a suspensão da vigência do decreto por considerar que ele contraria o modelo de educação inclusiva ao deixar de dar absoluta prioridade à matrícula desses educandos na rede regular de ensino. Posteriormente, no mesmo mês, a maioria do plenário do STF referendou a liminar, entendendo que o decreto pode fundamentar políticas públicas que fragilizam a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

REVISTA APAE CIÊNCIA LANÇA SUA 15ª EDIÇÃO

No dia 5 de agosto, o Instituto Apae Brasil lançou a 15ª edição da Revista Apae Ciência. Com o tema “Estudos sobre interação social, escolar e familiar: contextos e espaços de Inclusão”, o periódico tem como foco principal o desenvolvimento da



pessoa com deficiência, sua aprendizagem e competência, visando a inclusão social no trabalho, na escola e na família, sob a perspectiva dos direitos humanos fundamentais.

A edição apresentou um dossiê que agregou trabalhos de investigadores e participantes de instituições de ensino de Brasília e dos estados do Pará, São Paulo, Pernambuco e Amazonas, bem como de países do exterior, como Moçambique e Alemanha.

O dossiê foi coordenado pela Dra. Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke, professora emérita da Universidade de Brasília (UnB) e atualmente docente de graduação e mestrado em Psicologia do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e da Universidade Católica de Brasília (UCB), e pelo Dr. Jonas Carvalho e Silva, funcionário científico da Technische Universität Dortmund, da Alemanha.

A Revista Apae Ciência tem por objetivo divulgar e estimular a produção científica em torno dos estudos sobre deficiência e busca ampliar os conhecimentos acerca dessa temática. A 15ª edição está disponível no site do Instituto Apae Brasil de Ensino e Pesquisa e pode ser acessada por meio do endereço apaeciencia.org.br.

Para o segundo semestre deste ano, os editores científicos Dra. Erenice Natália Soares de Carvalho e Dr. Jorge Amaro Souza Borges preparam a publicação do dossiê “Covid-19 e seu impacto sobre as pessoas em situação de deficiência”. A chamada para recebimento de trabalhos obteve mais de trinta artigos com diferentes abordagens, sinalizando que há grande interesse dos pesquisadores por esta temática.

APAE BRASIL RECEBE A VISITA DO PROFESSOR DOUTOR JORGE AMARO

Com grande satisfação, a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) recebeu, no dia 26 de agosto, na sede da entidade, em Brasília, o professor Jorge Amaro, doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisador do Instituto Apae Brasil. O docente conversou com o gerente Institucional do Instituto, Erivaldo Neto, e a equipe técnica da organização acerca das pesquisas e dos trabalhos que estão planejados na área das pessoas com deficiência.

APESAR DE AVANÇOS, DIREITO À ACESSIBILIDADE ESTÁ LONGE DO IDEAL

O Brasil é um dos países com mais legislações e políticas públicas que visam garantir os direitos das pessoas com deficiência e, conseqüentemente, proporcionar cidadania, igualdade, inclusão social e oportunidades. Porém, apesar de inúmeros direitos existentes, inclusive os previstos na Constituição Federal de 1988, a realidade do cotidiano é outra para essa população.

Considerada uma das maiores conquistas desse grupo nas últimas décadas, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), popularmente conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, classifica os tipos de pessoa com deficiência e determina medidas nas áreas de saúde, educação, moradia, trabalho, assistência social, Previdência, cultura, esporte, turismo, lazer, transporte, mobilidade, entre outras.

O maior propósito da Lei nº 13.146/ 2015 é assegurar igualdade de oportunidades e autonomia às pessoas com deficiência, conforme prevê o artigo 53: “A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”.

Entretanto, passados seis anos, a legislação que instituiu progressos e respeito às pessoas com deficiência – seja física, intelectual ou sensorial – não está sendo cumprida como deveria, já que União, estados e municípios não vêm proporcionando circunstâncias de acessibilidade aos que mais precisam. De acordo

com especialistas e estudiosos na área, a não devida implementação da lei ocasiona uma situação de vulnerabilidade a esse grupo.

Entre os desafios a serem superados, o direito de ir e vir é um dos principais exemplos disso. A LBI alterou o Estatuto da Cidade, para que governos federal, estaduais e municipais promovam “programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais, de saneamento básico, das calçadas, dos passeios públicos, do mobiliário urbano e dos demais espaços de uso público”. Além disso, que fixem “diretrizes para desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico, transporte e mobilidade urbana, que incluam regras de acessibilidade aos locais de uso público”.

Na intenção de consolidar o direito à acessibilidade e demais direitos da pessoa com deficiência, a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) vem realizando frequentemente debates e eventos para não somente conscientizar esse público de suas garantias, mas também representantes do poder público e da sociedade civil, enfatizando-os da importância da realização de legislações e políticas públicas.

O evento mais recente promovido pela Apae Brasil que discutiu esses assuntos foi a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2021, que ocorreu entre os dias 21 e 28 de agosto com o tema “É tempo de Transformar Conhecimento em Ação”.

A Apae Brasil acredita que, apesar das individualidades de cada um, todos são iguais perante a lei. Por isso, trabalha há 66 anos contra tentativas de retrocessos e em prol de medidas que tornem a sociedade brasileira mais inclusiva para as pessoas com deficiência, com mais igualdade, oportunidades e respeito.

APAE BRASIL SOLICITA APOIO DE SECRETÁRIO DO DF PARA VIABILIDADE DE PROJETO E DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) recebeu, no dia 3 de setembro, a visita do secretário da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal, Flávio Santos, que conheceu o trabalho feito pela instituição em todo o país e discutiu políticas públicas desenvolvidas em Brasília para as pessoas com deficiência. Na oportunidade, o gestor – que é pedagogo, paratleta e servidor da Secretaria de Saúde – foi atendido por membros

da equipe técnica da Apae Brasil, entre eles Erivaldo Neto (gerente Institucional), Laura Gontijo (pesquisadora) e Eurismar Sousa (captador de recursos).

Durante a reunião, a equipe técnica da organização solicitou o apoio do secretário em relação à pesquisa que a Apae Brasil está desenvolvendo em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). A equipe pontuou, por exemplo, a importância da disponibilização de dados acerca das pessoas com deficiência na capital federal.

Além disso, Neto, Laura e Eurismar enfatizaram a necessidade de o Governo do Distrito Federal sancionar o projeto de lei que estabelece o Nota Legal Solidária, uma iniciativa da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) e de organizações da sociedade civil (OSCs) do DF.

A proposta tem por objetivo ampliar os benefícios do programa Nota Legal, permitindo que a pessoa física ou jurídica por ele beneficiada possa ceder seus créditos às instituições sem fins lucrativos que atuem nas áreas de assistência social, saúde, educação, desporto, cultura e defesa ou proteção animal.

A Apae Brasil frisou ao secretário que o projeto não foi sancionado por “inviabilidade financeira”, conforme alegou a Secretaria de Economia. A equipe técnica pediu a Flávio Santos que, devido à relevância da matéria para as pessoas com deficiência, sensibilizasse essa pasta.

O secretário da Pessoa com Deficiência se colocou à disposição para atender os pleitos apresentados.

Ao final do encontro, a Apae Brasil convidou Flávio Santos para participar do Fórum Incluir Brasil, que será realizado em 2022 em parceria com a Apae-DF.

INSTITUTO APAE BRASIL OFERECE CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O Instituto Apae Brasil de Ensino e Pesquisa disponibiliza, por meio de seu site, sete cursos de capacitação profissional relacionados às pessoas com deficiência intelectual e múltipla. A meta da entidade é estimular e atualizar o conhecimento de professores, estudantes universitários, pesquisadores, conselheiros, representantes de organizações sociais, governos e empresas com responsabilidade social e demais profissionais que atuam nessas áreas.

Ofertados nos temas “Educação”, “Organização da Sociedade” e “Assistência Social”, os cursos estão disponíveis no formato a distância, todos com certificado, gratuitos e com carga horária de 20, 40 e 80 horas. Os interessados têm direito a videoaulas e apostilas, por exemplo.

Áreas

Sobre Educação, o Instituto Apae Brasil disponibiliza os cursos “Autismo e Educação Inclusiva: A Mediação Pedagógica”, direcionado aos profissionais que desenvolvem trabalhos voltados às escolas inclusivas; “Introdução aos Estudos da Estimulação Precoce”, programa destinado aos colaboradores da Rede Apae e àqueles que trabalham com crianças de zero a três anos de idade; e “Metodologia Científica”, dirigido a universitários, pesquisadores e todo público interessado em conhecimento para desenvolver melhor os seus trabalhos acadêmicos.

Já em Organização da Sociedade, são oferecidos três, entre eles “Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência”, voltado para profissionais de organizações sociais, governos e empresas com responsabilidade social; “Gestão de Organizações do Terceiro Setor”, que visa capacitar gestores de Organizações da Sociedade Civil (OSCs); e “Conselheiro de Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência”, a fim de preparar conselheiros quanto aos conceitos básicos acerca do marco legal da política das pessoas com deficiência.

E, no âmbito de Assistência Social, o instituto dispõe o curso “Assistência Social: Ofertas Socioassistenciais para Pessoas com Deficiência”, voltado para profissionais de organizações sociais, governos e empresas com responsabilidade social e que busca apre-



sentar a política assistência social, suas normativas e os processos para habilitação de serviços para pessoas com deficiência.

Para mais informações, acesse o site do Instituto Apae Brasil: cursos.uniapae.org.br.



APAE BRASIL DEBATE COM MINISTRO MILTON RIBEIRO A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

O presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), José Turozi, se reuniu com o ministro da Educação, Milton Ribeiro, no dia 8 de setembro, para debater a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (PNEE) e novas linhas de financiamento para inclusão profissional de pessoas com deficiência intelectual e múltipla no mercado de trabalho. Turozi esteve acompanhado de membros da Apae Brasil, entre eles Erivaldo Neto (gerente Institucional), Erenice Natália Soares de Carvalho (consultora técnica) e Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira (coordenadora nacional de Educação e Ação Pedagógica).

Instituída por meio do Decreto 10.502, de 30 de setembro de 2020, a nova política de educação especial é questionada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6590, ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). O ministro Dias Toffoli é o relator. Na ação, a legenda argumenta que, ao incentivar a criação de escolas e classes especializadas, voltadas somente a estudantes com deficiência, a PNEE provoca discriminação e segregação entre os educandos com e sem deficiência. Além disso, diz que o decreto simbolizaria um retrocesso das políticas de inclusão no país e possibilitaria que as instituições de ensino passassem a não aceitar estudantes com deficiência.

Devido à liminar concedida por Toffoli ao PSB, e

referendada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) em dezembro do ano passado, o decreto encontra-se suspenso. A Corte realizou, em 23 e 24 de agosto, uma audiência pública para discutir a PNEE. A Apae Brasil foi representada por Eduardo Vieira Mesquita, advogado e coordenador nacional de Defesa de Direitos e Mobilização Social da organização.

No encontro com o ministro Milton Ribeiro, José Turozi defendeu a revogação do decreto, a fim de resolver a judicialização da educação especial. O presidente da Apae Brasil enfatizou que a educação deve ser tema de discussão entre os profissionais da educação, dos estudantes e de suas famílias. Além disso, frisou que, caso o decreto não seja revogado, há a possibilidade de o STF declarar a inconstitucionalidade das escolas especializadas, levando assim 150 mil pessoas a evadir da escola.

De acordo com dados do Censo Escolar, a Rede Apae Brasil mantém, atualmente, 1.304 escolas especiais e 849 centros de atendimento educacional especializado. Todos são regularizados para oferta educacional e que, no total, beneficiam 128.646 estudantes com deficiência intelectual e múltipla.

“Nos colocamos à disposição para participar dos debates técnicos, para que possamos mudar os pontos divergentes e, conseqüentemente, ajudar a construir um melhor texto, evitando assim novas judicializações”, destacou Turozi.

Inclusão profissional

O presidente da Apae Brasil sugeriu ainda a Milton Ribeiro que o ministério criasse um programa voltado à inclusão profissional das pessoas com deficiência intelectual e múltipla baseado no Emprego Apoiado (EA), metodologia que tem por objetivo inserir no mercado de trabalho as pessoas com deficiência.

“Acreditamos que esse programa fortaleceria o trabalho de inclusão profissional realizado pelas Apaes e por outras instituições organizadas para a oferta deste serviço”, salientou José Turozi.

Ao final da reunião, o ministro se comprometeu a trabalhar em conjunto com a Apae Brasil e as organizações da sociedade civil (OSCs) para melhorar a educação oferecida às pessoas com deficiência. Além disso, salientou que analisaria a viabilidade dos assuntos apresentados pela instituição.

VICE-PRESIDENTE EMANOEL O' DE ALMEIDA FILHO ARTICULA TRANSIÇÃO DE COMISSÃO DA APAE RIO

O vice-presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), Emanuel O' de Almeida Filho, se reuniu em 10 de setembro com o presidente da comissão interventora da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Rio de Janeiro (Apae-RJ), José Eustáquio Alves, para debater a transição da nova comissão, que será designada pela diretoria executiva da organização.

Em junho deste ano, José Eustáquio solicitou a sua substituição da presidência da Apae carioca, cargo que exercia voluntariamente desde setembro de 2019. Emanuel destacou que a Apae Brasil registrará, na ata do Conselho de Administração, a valorosa contribuição da comissão liderada por Eustáquio, que fez “trabalhos pautados na perenização dos princípios e valores que norteiam o movimento e, principalmente, com reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência”.

A nova comissão interventora da Apae Rio será composta por Marcus Antônio Silva Soares (presidente), Leanderson de Oliveira Venâncio (1º diretor Financeiro) e Hélio Ribeiro Loureiro (diretor-secretário).



EM REUNIÃO COM MINISTRO DO STF, PRESIDENTE JOSÉ TUROZI DEFENDE IMPORTÂNCIA DAS ESCOLAS ESPECIALIZADAS

O presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), José Turozi, participou no dia 16 de setembro de audiência com o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para discutir



a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (PNEE), instituída pelo Decreto 10.502, de 30 de setembro de 2020. Turozi apresentou, ainda, o trabalho desenvolvido pela Rede Apae e defendeu a importância das escolas especializadas.

O advogado e coordenador nacional de Defesa de Direitos e Mobilização Social da Apae Brasil, Eduardo Mesquita, bem como representantes do Comitê Brasileiro de Organizações Representativas das Pessoas com Deficiência (CRPD) e do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) acompanharam a sessão, realizada por videoconferência.

A nova política de educação especial é questionada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6590. O ministro Dias Toffoli é o relator. A ação argumenta que, ao incentivar a criação de escolas e classes especializadas, voltadas somente a estudantes com deficiência, a PNEE provoca discriminação e segregação entre os educandos com e sem deficiência. Além disso, diz que o decreto simbolizaria um retrocesso das políticas de inclusão no país e possibilitaria que as instituições de ensino passassem a não aceitar estudantes com deficiência. Devido à liminar concedida por Toffoli, e referendada pelo plenário do STF em dezembro do ano passado, o decreto encontra-se suspenso.

Na audiência, o presidente José Turozi apresentou ao ministro Alexandre de Moraes o trabalho desenvolvido pela Rede Apae nesses 66 anos de existência. Atualmente, a organização tem 1.334 escolas especializadas, atendendo 98.899 estudantes; 176 escolas que desenvolvem atividades complementares, beneficiando aproximadamente 5.292 estudantes; e 823 centros que realizam serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE), assistindo 22.763 estudantes. Além disso, a Rede, que conta com mais de 50 mil voluntários, já incluiu no mercado de trabalho mais de 16 mil pessoas com deficiência.

“Eu também destaquei ao ministro a importância das

escolas especializadas e da dificuldade que famílias têm em matricular o seu filho na escola regular, que, muitas vezes, não está realmente preparada, adaptada, para receber pessoas com deficiência. Por isso, frisei a necessidade de ouvir as famílias”, afirmou Turozi.

Em sua fala, o presidente da Fenapaes salientou a Moraes que, caso o STF declare a inconstitucionalidade do decreto e entre na discussão de que as escolas especializadas também não teriam lugar no ordenamento jurídico brasileiro, “corremos o risco de levar 150 mil pessoas com deficiência à evasão escolar e, consequentemente, que fiquem sem nenhum tipo de atendimento”.

Inclusão

Na ocasião, a Fenapaes apresentou ao ministro Alexandre de Moraes dados do Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que mostram que 87% das pessoas com deficiência estão matriculadas na rede regular de ensino; 31% das escolas têm salas de recursos multifuncionais, sendo somente 16% na área rural; 40% dos estudantes inscritos com dados anteriores tinham acesso ao serviço do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno; e que 13% não estão na escola regular, dado que preocupa a Apae Brasil.

“O nosso foco não é o locus [local], e sim o indivíduo. Não importa onde ele vai estudar. O que não pode acontecer é ele ficar sem escola, conforme aconteceu com esses 13%”, disse Eduardo Mesquita. “Destacamos também que precisamos manter as conquistas alcançadas. Entretanto, é preciso ajustar a política, para que todos possam ter lugar ao Sol no sistema educativo do país, contemplando de fato e de direito as necessidades dos estudantes na concretização do sistema educacional, a fim de que seja verdadeiramente inclusivo”, enfatizou.

MAIS DE 7,6 MIL CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FORAM REGISTRADOS EM 2019

O Atlas da Violência 2021 divulgou um estudo inédito e preocupante: em 2019, o Brasil registrou 7.613 casos de violência contra pessoas com deficiência. O levantamento apontou que 58,5% dos casos são de violência doméstica e as mulheres são as maiores vítimas das agressões. Elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasilei-

ro de Segurança Pública (FBSP), em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a publicação foi apresentada no dia 31 de agosto.

De acordo com o relatório, o grupo mais atingido é o que tem deficiência intelectual, com 36,2%, seguido de física (11,4%), auditiva (3,6%) e visual (1,4%). A análise mostrou ainda que as agressões contra as mulheres são mais de duas vezes superiores às de homens, exceto quando a vítima é pessoa com deficiência visual, quando a superioridade é inferior a 25%.

Para elaborar o estudo, o Atlas usou os dados do Viva-Sinan (Vigilância de Violência Interpessoal e Autoprovocada do Sistema de Informação de Agravos de Notificação), do Ministério da Saúde, registrados por profissionais de saúde, e não considerou as violências autoprovocadas. Utilizou também a base de dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que buscou produzir dados a respeito da situação de saúde da população brasileira, inclusive das pessoas com deficiência, a partir da declaração dos entrevistados – no caso, pessoa com deficiência ou familiar/responsável.

Confira, abaixo, o resumo do estudo sobre violência contra pessoas com deficiência.

Situação

A violência doméstica é a principal situação envolvendo violência interpessoal contra pessoas com deficiência, atingindo sobretudo as mulheres. Os dados indicam, em termos gerais, que a violência doméstica representava mais de 58% das notificações de violência contra pessoas com deficiência, seguida por violência comunitária (24%).

Em termos de gênero, a violência doméstica é ainda maior para as mulheres (61%), enquanto para os homens a violência comunitária é um pouco maior (26%).

Tipo

O tipo de violência mais notificado é a física, presente em 53% dos casos, seguida de psicológica (32%) e negligência/abandono (30%). A violência física tem mais registros para todas as pessoas com deficiência, exceto para aquelas com deficiências múltiplas, em que prevalece a negligência (50%).

A violência sexual se destaca entre as pessoas com deficiência intelectual, com 35%. Em termos de gê-



+7,6 mil casos de
agressão
contra pessoas com deficiência em 2019

nero, as proporções de violência psicológica e violência sexual são mais altas para mulheres (36% e 28%) que para homens (26% e 10%), em compensação, as proporções de negligência são maiores para homens (39% contra 24%), mas, mesmo neste caso, as notificações de mulheres superam às dos homens (1.171 contra 1040).

Idade

A maior concentração de notificações é para vítimas de 10 a 19 anos, decaindo gradativamente com o aumento da idade. De acordo com o estudo, há mais casos notificados de violência contra mulheres (4.540) do que contra homens (2.572), em todas as faixas etárias, exceto na faixa de 0 a 9 anos (293 contra 332).

Presente em 52,7% dos casos, a violência física se concentra na idade adulta de 20 a 59 anos, alcançando 77% dos casos na faixa de 30 a 39 anos, e sendo sempre maior que 60% nessas faixas. A violência psicológica – incluindo a violência patrimonial –, presente em 31,4% dos casos, é relativamente menos frequente entre as crianças de 0 a 9 anos.

A negligência/abandono (29%) se concentra entre as crianças de 0 a 9 anos (52%) e entre idosos, sendo 47% dos casos entre 60 e 69 anos, 61% entre 70 e 79 anos, e 73% entre pessoas com 80 anos ou mais.

Já a violência sexual, relativamente às demais violências, se destaca entre crianças, adolescentes e jovens: presente em 47% dos casos da faixa de 10 a 19 anos, em 29% das ocorrências da faixa de 20 a 29 anos, e em 28% dos casos entre as crianças de 0 a 9 anos.

Serviço

A Apae Brasil chama atenção: se você for vítima ou presenciar algum crime contra pessoas com deficiência, acione o Disque 100, um serviço de disseminação de informações acerca dos direitos de grupos vulne-

ráveis e de denúncias de violações de direitos humanos. Qualquer pessoa pode fazer uma denúncia pelo serviço, que funciona diariamente, durante 24h, incluindo sábados, domingos e feriados.

As ligações podem ser feitas de todo o Brasil por meio de discagem direta e gratuita, de qualquer terminal telefônico fixo ou móvel. O cidadão pode entrar em contato com o Disque 100 por meio do site da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, pelo aplicativo

Direitos Humanos Brasil e via WhatsApp, por meio do número (61) 99656-5008.

CLAUDIO DE CASTRO PANOEIRO ASSUME SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O governo federal nomeou o advogado Claudio de Castro Panoeiro para o cargo de secretário nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MM-FDH). O ato foi publicado no dia 17 de setembro no Diário Oficial da União (DOU).

O jurista substituiu a professora Priscilla Gaspar, a primeira surda a chegar a um cargo de alto escalão no Executivo brasileiro. Priscilla assumiu a direção do Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que também faz parte da pasta.

Claudio Panoeiro nasceu com retinose pigmentar, uma doença autoimune e degenerativa da retina que foi se agravando com o passar do tempo. Aos 17 anos, já não enxergava mais. Estudou em escola convencional até os dez, no Rio de Janeiro. Depois, foi para o Instituto Benjamin Constant, onde aprendeu braile e ficou até o fim do ensino fundamental.

O novo secretário é formado em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutor pela Universidade de Salamanca, na Espanha, e ex-nadador paralímpico. Ingressou na Advocacia-Geral da União (AGU) em 2005 e, em 2010, se tornou o primeiro cego a fazer uma sustentação oral no Superior Tribunal de Justiça (STJ). De agosto de 2020 a 2021,

ficou à frente da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.



PRESIDENTE JOSÉ TUROZI PROPÕE PARCERIA COM MINISTÉRIO DA CIDADANIA PARA VIABILIZAR CURSO DE FORMAÇÃO

O presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), José Turozi, se reuniu, em 21 de setembro, com o secretário nacional de Paradesporto do Ministério da Cidadania, José Agtônio Guedes Dantas, para apresentar uma proposta de termo de cooperação. O gerente Institucional da Apae Brasil, Erivaldo Neto, participou da audiência, realizada por meio de videoconferência.

O objetivo da entidade é firmar uma parceria com a pasta para promover um curso de formação para os profissionais de educação física da Rede Apae, bem como apoio financeiro e técnico para a realização da XXIII Olimpíadas Especiais das Apaes de 2022.

O secretário Guedes Dantas se colocou à disposição da Fenapaes para efetivar a parceria, que deverá ser assinada em breve em um evento na capital federal.

Bolsa Atleta

Durante o encontro, José Turozi discutiu formas de o governo federal expandir o programa Bolsa Atleta para os participantes da Rede Apae. O presidente pontuou que a medida incentivaria as pessoas com deficiência a seguir a carreira esportiva.

“A Apae Brasil estará apresentando ao Congresso Nacional propostas de alteração na lei, para que seja possível incluir pessoas com deficiência intelectual que praticam esportes que não são contemplados nas

modalidades paralímpicas”, afirmou Turozi.

Quem é?

Graduado em educação física e especialista em Educação Inclusiva, José Agtônio Guedes Dantas atua nos esportes para pessoas com deficiência desde 2001. Já foi funcionário da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Goiânia (GO) e trabalhou por dez anos na Sociedade Pestalozzi.

“Guedes Dantas conhece a realidade das organizações sociais representativas das pessoas com deficiência intelectual e se comprometeu a agir para que a área do paradesporto possa crescer ainda mais”, salientou o presidente José Turozi.

FENAPAES ACERTA DETALHES DA PARTICIPAÇÃO DE ARTISTAS APAEANOS NO FESTIVAL DE DANÇA DE JOINVILLE

A Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) se reuniu no dia 23 de setembro com a organização do Festival de Dança de Joinville para acertar a participação de artistas da Rede Apae Brasil nesse evento.

A Fenapaes foi representada por William Ferreira (diretor Social), Sérgio Feldhau (coordenador nacional de Arte e Cultura) e João Batista (gerente Operacional). Também estiveram presentes no encontro Ely Diniz, presidente do Instituto Festival de Dança; Victor Aronis e Deivison Garcia, respectivamente coordenador-geral e coordenador operacional do Festival de Dança de Joinville; e Iraci Seefeldt, produtora do programa Arte para Todos.

A entidade levará para Joinville os classificados em 1º, 2º e 3º lugares nas duas categorias de dança do Festival Nacional Nossa Arte de 2019, que ocorreu em Manaus (AM), com a participação de 1.200 artistas. A Apae Brasil será representada por seis estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Piauí, Rondônia e São Paulo.

“Nós vamos bancar toda a despesa do traslado dos mais de 100 artistas que irão participar desse festival”, afirmou o presidente José Turozi, no dia 21, durante sua participação na abertura do XVII Congresso Estadual das Apaes de Santa Catarina. “Convido a todos para prestigiar nossas equipes de dança, nossos artistas apaeanos”, acrescentou.

Visita

Ainda em Joinville, William Ferreira, Sérgio Feldhau e João Batista visitaram a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) municipal. Na ocasião, a equipe da Fenapaes foi recebida pela presidente Heloísa Oliveira.



APAE BRASIL PARTICIPA DA CERIMÔNIA DE ASSINATURA DO DECRETO QUE DEFINE NOVA COMPOSIÇÃO DO CONADE

A Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) participou no dia 27 de setembro, no Palácio do Planalto, da solenidade que marcou a assinatura do decreto que definiu a nova composição do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). O presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Anápolis (GO), Hélio Lopes, e o gerente Institucional Erivaldo Neto representaram a Apae Brasil no evento, que fez referência ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, comemorado no dia 21 de setembro.

O decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro criou a Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. O órgão vai subsidiar o colegiado no exercício das competências de indicar as medidas a serem adotadas, no território nacional, nos casos de requerimentos, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, quando ocorrer ameaça ou violação aos direitos da pessoa com deficiência, assegurados pela Constituição Federal de 1988 e pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

O Conade foi criado em 1999 para acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional

para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana dirigidos a essa parcela da população.

Outras ações

Atendendo ao disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, que define o direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades, o governo federal apresentou a nova versão do Programa Turismo Acessível. A ação é uma parceria entre os ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e do Turismo (Mtur) e o Pátria Voluntária e atualiza o projeto inicial lançado em 2012.

O programa é um conjunto de ações para promover a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística, favorecendo o alcance e a utilização de serviços, edificações e equipamentos turísticos com segurança e autonomia.

Durante a cerimônia, foi instituído o Prêmio Nacional de Acessibilidade, e houve a divulgação, por meio do Pátria Voluntária, do programa PCD Legal, que é a versão da Constituição Federal em Libras. O projeto foi desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho do Espírito Santo (MPT-ES).



PRESIDENTE JOSÉ TUROZI E ARTHUR LIRA DISCUTEM PROPOSTAS QUE FORTALECEM AÇÕES DA REDE APAE BRASIL

O presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), José Turozi, se reuniu no dia 30 de setembro com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), para discutir políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência intelectual e múlti-

pla. O encontro, que ocorreu na residência oficial, em Brasília, contou com a presença do diretor Social da instituição, William Ferreira, do presidente da Federação das Apaes de Alagoas (Feapaes-AL), o deputado estadual Léo Loureiro (PP), e do vice-presidente da Federação das Apaes de Goiás (Feapaes-GO), Hélio Lopes.

Na oportunidade, além de fazer um panorama da Rede Apae Brasil – que atualmente reúne mais de 2.200 filiais – e destacar o trabalho desenvolvido nas cinco regiões do país e as ações que tiveram repercussão nacional, José Turozi entregou a Arthur Lira um documento com propostas que fortalecem as ações da organização e visam assegurar direitos e melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência. Os projetos foram feitos por cinco coordenadoras técnicas: Assistência Social; Educação; Educação Profissional, Trabalho, Emprego e Renda; Autogestão e Autodefensoria; e Defesa de Direitos e Mobilização Social.

Além disso, o presidente da Fenapaes apresentou um pedido de alteração no artigo 4º da Lei nº 5.768/71, referente aos sorteios filantrópicos, e demandas da saúde.

“Solicitamos apoio do Arthur Lira e da assessoria dele para que nossas pautas sejam realmente trabalhadas e efetivadas”, salientou Turozi, que disse acreditar que o parlamentar e sua equipe terão um olhar especial para a Rede Apae Brasil. “É uma porta que abrimos junto à Câmara dos Deputados para facilitar e melhorar a vida das pessoas com deficiência e para que a gente possa implementar as políticas públicas em prol dessa população”, acrescentou.

NUBANK RECEBE REPRESENTANTES DA APAE BRASIL PARA TRAÇAR PARCERIAS ESTRATÉGICAS

A equipe da Apae Brasil se reuniu, em 30 de setembro, com representante do Nubank para traçar parcerias estratégicas entre as organizações. O presidente da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), José Turozi, esteve acompanhado do gerente Institucional Erivaldo Neto e do captador de recursos, Eurismar Félix, e foi recebido pela ESG Partnerships Manager, Tamires Silvestre.

No encontro foram tratados vários assuntos. Um dos prioritários foi a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, por meio de Emprego Apoiado (EA) com a Rede Apae. Essa ação faz parte da estratégia institucional da Apae Brasil de promover mais autonomia às pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

Outra ação tratada na reunião foi a promoção de cursos de educação financeira, numa parceria entre Nubank e o Instituto Apae Brasil, que promove cursos de extensão e capacitação para integrantes da Rede Apae e sociedade em geral.

Já na parte de sustentabilidade financeira, a Apae sugeriu o apoio do Nubank em campanhas institucionais. Estão sendo pensadas também formas de captação de recursos por meio de doações para enfrentar a crise social e econômica causada pela pandemia de Covid-19, que vulnerabilizou ainda mais as pessoas em situação de deficiência.





A importância da equoterapia

no tratamento de pessoas com deficiência



Desenvolvimento da força muscular, conscientização do próprio corpo e aperfeiçoamento da coordenação motora e do equilíbrio são um dos benefícios que a equoterapia – terapia com cavalos – proporciona às pessoas com deficiência que utilizam o método.

Com o objetivo de difundir essa modalidade terapêutica, a Lei nº. 12.067/2009 criou o Dia Nacional da Equoterapia, celebrado em 9 de agosto.

Frente à importância do tratamento, diversas Apaes passaram a adotar a equoterapia como meio de promoção de desenvolvimento de capacidades biopsicossociais de crianças, adultos e idosos com deficiência.

Um exemplo é a Apae de Pelotas (RS), que, no dia 30 de julho, completou 25 anos de atuação na área.

Segundo a psicóloga da equipe da Apae de Lajeado (RS), Camila Mendes, a evolução gradual proporcionada pela prática é visível. “As famílias trazem o retorno a respeito da melhora na atenção, na memória e nas funções executivas e motoras.”

A equoterapia é indicada para pessoas que possuem doenças genéticas, neurológicas, ortopédicas, musculares e clínico-metabólicas; sequelas de traumas e cirurgias; doenças mentais, distúrbios psicológicos e comportamentais; distúrbios de aprendizagem e de linguagem.

Notas de Pesar

Cleusa Bellini



É com imenso pesar que a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) comunica o falecimento da presidente da Apae de Piracicaba, Cleusa Bellini, ocorrido em 15/07/2021.

Manifestamos nossos sentimentos aos amigos e familiares por esta perda irreparável.

Maria Aparecida Moreira Nascimento



É com grande pesar que a Fenapaes comunica o falecimento da presidente da Feapaes do Rio de Janeiro, Maria Aparecida Moreira Nascimento.

Neste momento de tristeza, prestamos nossos sinceros sentimentos à família e aos amigos pela inestimável perda.

Professora de educação física, Maria Aparecida dedicou sua vida à causa das pessoas com deficiência e ao movimento apaeano. Fundou a Apae de Belford Roxo, na qual foi presidente, e também trabalhou na Apae de Niterói.

Sua partida deixa um legado de dedicação e amor pelo movimento apaeano.

Maria Benilda Silva de Oliveira



É com grande pesar que a Fenapaes comunica o falecimento de Maria Benilda Silva de Oliveira, presidente da Apae de Santa Cruz (RN).

Neste momento de tristeza, prestamos nossos sinceros sentimentos à família e aos amigos pela inestimável perda.

Maria Benilda dedicou sua vida à causa das pessoas com deficiência. Durante os 5 anos em que esteve à frente da Apae de Santa Cruz cativou a todos com sua dedicação e amor pelo movimento apaeano. Sem dúvidas o legado deixado por Maria jamais será esquecido.



ENSINO A DISTÂNCIA

**Instituto Apae Brasil
disponibiliza cursos
relacionados à pessoa
com deficiência**

- ✓ **Autismo e Educação Inclusiva: A Mediação Pedagógica (40h)**
- ✓ **Introdução aos Estudos da Estimulação Precoce (20h)**
- ✓ **Metodologia Científica (40h)**
- ✓ **Políticas Públicas para pessoas com deficiência (80h)**
- ✓ **Assistência Social: Ofertas Socioassistenciais para Pessoas com Deficiência (40h)**



Inscreva-se!
cursos.uniapae.org.br

INFORMATIVO DA APAE BRASIL - FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES



[/apaebrasil](https://www.facebook.com/apaebrasil)



[@apaebrasil](https://www.instagram.com/apaebrasil)



[@brasilfenapaes](https://twitter.com/brasilfenapaes)



[/fenapaes](https://www.youtube.com/brasilfenapaes)

www.apaebrasil.org.br



APAE BRASIL
Federação Nacional das Apaes